



Esta ata foi aprovada  
com 31 votos a favor  
e 4 abstenções.

## Assembleia Municipal de Caminha

### **ATA Nº 05/13-17** **SESSÃO ORDINÁRIA** **2014/04/29**

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e catorze, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Manuel Amial, eleito pelo Partido Social Democrata, substituído por Luciano Santos.
- Jorge Paulo de Sá Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Celestino Ribeiro.
- Vítor Brás, eleito pelo Partido Socialista, substituído por Ana Cordeiro.
- Manuel Carlos Falcão Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, substituído por Pedro Ramalhosa.
- António Manel Alves Moreira Brás, Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, substituído por Henrique Graciano Varela Gonçalves.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Luís Filipe da Silva Matias, Secretário da Junta.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

### **1º - Período de Intervenção do Público.**

### **2º - Período de Antes da Ordem do Dia:**

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

### **3º - Período da Ordem do Dia:**

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão de 28 de fevereiro 2014;
- c) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2013;
- d) – Isenção Extraordinária da Taxa Devida pela Ocupação de Espaços de Venda na Feira Semanal de Caminha Referente a fevereiro 2014;
- e) – Regulamento Provedor do Município de Caminha;
- f) – Eleição do Provedor do Município de Caminha;

### **1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A **Senhora Alice Grais** saudou os presentes e leu:

“Primeiro quero felicitar o Senhor Presidente pela dinâmica de governação diferente que quer implementar, cuja face mais visível está à vista, com esta assistência e participação popular, reflexo da esperança de um povo deprimido e com muitas dificuldades, à espera de as poder sentir minimizadas. Desde logo, na fatura da água, como sabe. Assim, gostaríamos de saber:

- O que pensa fazer o Senhor Presidente, para além da acomodação à opinião de todos, oposição incluída;



## Assembleia Municipal de Caminha

- Se equaciona ações conjuntas com os outros municípios do concelho e que tipo de ações;
- Se, na senda da dinâmica de governação diferente e postura de diálogo com as pessoas, equaciona a possibilidade de dar à população o direito de se pronunciar sobre as privatizações que nos querem impor, **nomeadamente através do referendo.**

**Não vou falar da privatização da água porque seguramente não vamos deixar que aconteça.**

Não falarei da premiada campanha da organização "Direito à água" que conseguiu um relatório positivo da UE, no sentido de reconhecer a água e o saneamento como um bem público fundamental e atribui às autoridades locais a responsabilidade de providenciar à comunidade o seu acesso.

Também não lhe falarei no cumprimento da promessa de baixar a fatura da água, embora alguma coisa tenha de ser feita para minimizar os pedidos de perdão de dívida e de isenções de pagamento que todas as semanas são concedidos em Reunião de Câmara.

**Peço-lhe, apenas, que não mate a esperança dos seus munícipes e continue a ser um «ranger», tal como eu sou uma paraquedista que se interessa pelos assuntos da sua terra, que também é minha, porque faz parte do Portugal a que pertenço!**

**Pretendo apenas interpelar os diferentes grupos parlamentares, bem como o executivo sobre, quiçá, a fonte original dos nossos problemas aquíferos: o contrato de concessão com a empresa Águas do Noroeste.**

1. O contrato, de setembro de 2000, assinado pelo executivo socialista, tinha uma duração de 30 anos e valores mínimos garantidos estipulados a partir de 2004.
2. Como todos sabem, o contrato não foi honrado, acumulando **uma dívida de mais de 5 milhões de euros**, conforme a ata número 16 de 29 de junho de 2012 da Assembleia Municipal, onde se discutiu o "Acordo de Pagamento com as Águas do Noroeste".





## Assembleia Municipal de Caminha

3. Precisamente nesse ano os munícipes sofreram o maior aumento de taxas e tarifas de que se tem memória.
4. Precisamente nesse ano, 2012, foi assinada uma **“adenda”** a esse contrato, **que vigorava até 2030**, anulando-o e substituindo-o.
5. Essa **“coisa”**, assinada pela Presidente à data, Júlia Paula Costa, prorroga o contrato inicial por mais de 30 anos, ou seja, de 2030 para 2060. Altera os valores mínimos estipulados retroativamente a 2010. Só para terem uma ideia, o contrato de 2000 estipulava para 2010 o valor de 109.829 escudos (cerca de 550 euros). A **“coisa”** tem, para o mesmo ano, **o valor de 248.795 euros**. Em 2012, **já que estamos em ano de ajustes de contas**, o contrato de 2000 estabelecia 113.797 escudos (cerca de 570 euros), a **“coisa”** determina **586.859 euros**.
6. Regressemos à ata número 16 de 29 de junho de 2012. Da resposta da Senhora Presidente às diversas intervenções dos Senhores Deputados sobre o “Acordo”, páginas 44 a 46, cito apenas o parágrafo final: «Para terminar, disse que este é um bom acordo para a Câmara de Caminha, conseguiram um abatimento de 1 milhão de euros, **que é o valor que corresponde à diferença da tarifa paga de 2004 até hoje**. Disse que o que votaram foi um acordo para 30 anos **e o PS, enquanto governo, sem o acordo da Câmara, mudou de 30 para 60 anos**. Afirmou que foi feito um esforço muito grande para resolver um problema que lhe deixaram e que não quis deixar de herança a ninguém.» Fim da citação.
7. Pergunto eu, os Senhores Deputados votaram o quê? Quem é que mudou o quê? Adendas, contrato ou acordo?
8. Podem os Senhores Deputados, principalmente os do PS, esclarecer se não conheciam o contrato que o responsável do seu partido assinou, porque não investigaram a veracidade do que lhe estava a ser imputado?
9. Mais: Pode o Senhor Presidente informar-nos se esta “adenda-contrato” tem o visto do Tribunal de Contas, o parecer favorável do Regulador, se foi aprovada em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal?





## Assembleia Municipal de Caminha

10. **É nosso entendimento que esta “adenda” viola o contrato inicial**, no que respeita ao prazo e formação de preços, viola a Constituição, não foi procedido de concurso público, pelo que deve ser alvo das diligências necessárias **junto das entidades competentes para o tornar improcedente e responsabilizar os seus autores.**

10. Além disso, como fica aqui demonstrado, caem por terra todos os argumentos utilizados como justificação para o não pagamento dos compromissos e a existência da dívida.

11. Não queremos, não devemos e não podemos pagar uma crise económica e défices por uma gestão democrática trifulha, da qual não somos responsáveis a não ser pela nossa **(vossa, Senhores Deputados) demissão de intervenção!**

**A democracia é certamente uma chatice para alguns.**

Implica sentido de responsabilidade individual e coletivo, poder de iniciativa, empenhamento, seriedade, racionalidade, boa gestão do património público, entre outros afazeres chatos, por isso volto à citação de Platão, que tanto engulho provocou nesta Assembleia em tempos: «O preço a pagar pela tua não participação na política é seres governado por quem é inferior.»

Eu digo por quem é **indigno**, e **os indignos têm de ser responsabilizados.**

Inferiores são os escravos em que nos querem transformar, apesar de **todos nascermos livres e iguais em dignidade e em direitos.**

**Juntos defenderemos que a água é de todos e que ainda há gente que é capaz de dizer não! Tenho dito!”**

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** fez interpelação à Mesa; disse que tinham assistido à intervenção de uma munícipe do concelho de Caminha que tinha lançado questões bem direcionadas, não só em conteúdo, mas também às pessoas a quem se tinha dirigido. Pediu ao Senhor Presidente que estabelecesse um período para que pudessem ser dadas respostas à



## Assembleia Municipal de Caminha

munícipe, quer por parte do Senhor Presidente da Câmara, quer por parte dos grupos parlamentares presentes.

O **Senhor Presidente** lembrou que as pessoas frisadas, nomeadamente o atual Presidente de Câmara e a Presidente de Câmara anterior, não eram obrigadas a dar uma resposta, mas teriam essa possibilidade no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, disse que o Período de Intervenção do Público destinava-se a questionar os trabalhos deste executivo e que pensava que qualquer um dos visados podia, posteriormente, prestar informações sobre as questões que tinham sido solicitadas. Acrescentou que, face ao regimento, a única pessoa que eventualmente tinha sido visada e poderia esclarecer era o Senhor Presidente da Câmara.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** fez novamente interpelação à Mesa; disse que, ao abrigo do Regimento, qualquer eleito municipal podia interpelar a Mesa da Assembleia Municipal sempre que considerava que a condução dos trabalhos não estava a ser a mais correta ou a interpretação da Mesa porventura não estivesse de acordo com a sua interpretação da condução dos trabalhos. Disse que era verdade que, sempre que havia uma intervenção popular, os visados tinham o direito de não responder, até porque podiam não estar preparados para dar a resposta. Acrescentou que também era verdade que, neste caso em particular, a munícipe tinha dito objetivamente a quem se dirigiam as suas perguntas e tinha deixado bem claro que gostaria de obter respostas dessas pessoas. Disse que compreendia que as pessoas a quem se tinha dirigido pudessem eventualmente não querer responder, no entanto a CDU estava disposta para responder.





A  
E.  
f

## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente** disse que, tanto quanto tinha percebido, a CDU não tinha sido visada neste processo. Posteriormente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O **Senhor Presidente da Câmara** delegou no Senhor Vice-Presidente para prestar os esclarecimentos sobre esta matéria; disse que, segundo o seu entendimento, de acordo com o Regimento, tinha havido uma interpelação aos grupos parlamentares e também ao executivo, sendo que considerava que o Regimento permitia que a interpelação fosse aceite.

O **Senhor Vice-Presidente Guilherme Lagido** saudou os presentes e agradeceu à Senhora Alice Grais a sua intervenção, porque permitia ao executivo tecer algumas considerações sobre a problemática das águas, saneamento e resíduos, uma componente importante e considerável da atividade de todos os municípios. Disse que colocava a questão num registo diferente ao que tinha sido utilizado, pois estavam a discutir e analisar uma questão política "pura e dura". Esclareceu que estavam perante uma situação em que havia claramente dois modelos de gestão destes bens e serviços públicos. Disse que o atual governo tinha entendido, com a sua política neoliberal, que devia passar para a gestão privada um conjunto de serviços a que não tinha dado grande importância. Acrescentou que o Governo tinha aproveitado uma circunstância muito particular, ou seja, de estas empresas poderem ter beneficiado ao longo destes últimos anos de economias de escala e de uma gestão um tanto ou quanto administrativa que tinha gerado lucros consideráveis e, assim, tinha entendido passar esta atividade aliciante para a mão de privados, de modo a resolver alguns problemas de algum setor empresarial privado, que tinha deixado de poder beneficiar de obras públicas. Disse que não havia dúvida que o Governo entendia que não estavam a tratar de um serviço público. Disse que, ao contrário do Governo, o Senhor Vereador entendia que estavam a tratar de bens públicos essenciais e que estes serviços



A S.

## Assembleia Municipal de Caminha

tinham de ser tratados de forma diferente de outros bens e serviços da sociedade. Disse que se o modelo que esteve na origem desta situação, em escala, podia permitir que estes bens e serviços tivessem preços mais acessíveis, ao passar esta atividade para a mão de privados iam sobrecarregar ainda mais os munícipes do concelho de Caminha com pagamentos de taxas, que, apesar de serem aparentemente defensoras do ambiente, não eram mais do que formas de garantir lucros. Disse que o que tinham a dizer era que não contassem com o PS para isto. Disse que iam acompanhar as iniciativas no âmbito das duas empresas a que estavam ligados, a Valorminho, para os resíduos, e Águas do Noroeste, para o fornecimento de água e saneamento, mas também iam acompanhar as iniciativas que se começam a desenvolver a uma escala mais alargada, no sentido de dizerem claramente que consideram que estão a lidar com bens públicos que não devem ser privatizados. Por fim disse que estariam disponíveis para esclarecer as questões de pormenor que tinham sido colocadas pela Senhora Alice Graís.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** saudou os presentes e disse que tinham sido dirigidas duas questões muito objetivas à bancada da CDU, nomeadamente qual era a sua posição e quais as suas tomadas de posição em Assembleia relativamente à água. Disse que tinham defendido a água pública, porque era um bem essencial para todos, não só para o município, mas também para o país e a nível internacional. Disse que sabiam há muito, com o contributo do PS, que havia uma perspetiva de tentar, a pouco e pouco, passar este bem essencial para a mão de privados. Disse que era lógico que isto em nada beneficiava o cidadão, por isso estavam rigorosa e ferreamente contra qualquer tentativa de privatização da água. Referiu que também no concelho esta iniciativa tinha começado com a criação de algumas empresas que tinham contribuído para a tendência que se estava a criar no país, para que rapidamente fosse apetecível a alienação deste património público e a sua passagem definitiva para privados. Disse que tinham votado sempre contra





*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

estes acordos em Assembleia Municipal, tinham apresentado moções em defesa da água pública e tinham dito claramente que o acordo penalizaria os munícipes do concelho, pois a água ficaria mais cara, como estavam a testemunhar naquele momento.

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa** saudou os presentes e cumprimentou a intervenção da munícipe pela exposição, que tinha um misto de comentário pessoal, sobre o qual se ia abster de comentar, e a referência a uma série de questões, umas relacionadas com a gestão do anterior executivo e outras dirigidas ao sentido de voto e posição da bancada do PSD. Disse que ia esclarecer alguns aspetos, no entanto, não aceitava comentários como “gestão democrática trifulha” e “governados por quem é indigno”, uma vez que tinham sido eleitos legítima e democraticamente e porque considerava que estas expressões não beneficiavam nem a discussão democrática nem o sentido de elevação que se pretendia. Explicou que também tinha herdado o processo quando tinha assumido a função de Presidente de Câmara. Disse que, em 2000, tinha sido constituída a empresa Águas Minho e Lima, um consórcio constituído por uma participação maioritária do Estado e os dez municípios do Alto Minho. Disse que esta empresa tinha sido criada para que, com os investimentos que fossem feitos e num espaço médio de quatro anos, conforme os contratos assinados pelos dez municípios, todos os municípios pudessem estar integrados no sistema, quer em alta, quer em baixa, sendo que a rede e fonte de abastecimento seria transferida para S. Jorge, nos Arcos de Valdevez. Esclareceu que o facto de a água provir de outro local trazia custos e influenciava o preço da tarifa que resultava dos investimentos todos que iam ser feitos (por exemplo alargamentos de rede). Disse que, no espaço de quatro anos, a empresa não tinha conseguido desenvolver o trabalho em tempo útil, os municípios tinham entrado no sistema à medida que os investimentos tinham sido feitos, sendo que o município de Caminha tinha sido um dos primeiros a entrar no sistema em pleno, em rede em alta, e, portanto, tinha sido



Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

um dos primeiros a estar dependente e completamente inserido na empresa. Esclareceu que isto significava que a empresa tinha começado a cobrar ao município uma tarifa superior à que o município cobrava aos seus munícipes, sendo que, logo que o município tinha aderido ao sistema em pleno, por volta de 2004-2005, tinha começado a existir um prejuízo entre o preço que pagavam à empresa e o preço que cobrava aos municípios. Disse que os outros municípios tinham entrado no sistema e os municípios de Viana do Castelo e Caminha tinham estado, durante seis anos, sozinhos a suportar o sistema. Disse que só em 2010 todos os munícipes, em conjunto com o Estado, Águas Minho e Lima, Águas do Cabo e Águas do Ave tinham conseguido chegar a um consenso de que seria importante fundirem estas três empresas intermunicipais e, com isso, conseguirem cumprir alguns dos objetivos exigidos ao nível da comunidade europeia, dos investimentos que feitos ao nível das candidaturas. Disse que quando tinham entrado no sistema das Águas Minho e Lima pagavam uma tarifa de 48 cêntimos e que, em 2010, quando tinha sido criada a nova empresa, o município de Caminha pagava uma tarifa de cerca de 80 cêntimos. Disse que isto significava que, de 2004 a 2010, os municípios de Caminha e Viana tinham estado a pagar às Águas Minho e Lima uma tarifa acima do que cobravam aos munícipes, mas abaixo do que os parceiros, que faziam parte do sistema, mas que ainda não estavam integrados, pagavam, ou seja, esses municípios tinham tido oportunidade de aos poucos ir atualizando a sua tarifa, mas não pagavam esses valores às Águas Minho e Lima, ou seja, ficava dinheiro nos cofres do município. Disse que isto tinha criado uma diferenciação pela negativa e tinha resultado numa injustiça profunda, em particular para o município de Caminha, que tinha levado inclusivamente a discutir em tribunal a falta de cumprimento dos contratos assinados e os preços que eram praticados das tarifas aleatoriamente e com prejuízo para o município. Disse que, em 2010, com a fusão dos três consórcios, tinham tido o benefício de conseguir que a tarifa voltasse aos 48 cêntimos, ou seja, o custo e rentabilidade da junção destes três sistemas tinha





## Assembleia Municipal de Caminha

feito com que esta tarifa baixasse, o que tinha reforçado a argumentação interposta em tribunal, ou seja, que estavam a pagar um problema de ineficácia de gestão da empresa. Esclareceu que o sócio maioritário continuava a ser o Estado e que a exigência, quer da Comunidade Europeia, quer do Estado, tinha sido que em vez dos 30 anos fossem 60 anos, daí que tivesse resultado a adenda ao contrato. Reiterou que tinham tido o benefício da redução da tarifa, para 48 cêntimos, por isso tinha sido possível um acordo em tribunal, em que as Águas Minho e Lima tinham reconhecido que era possível fazer um acordo e encontro de contas e tinham reduzido às faturas do município cerca de um milhão de euros.

Disse que a segunda parte da discussão, sobre a privatização da água, era diferente. Disse que, já em anteriores Assembleias Municipais, a bancada do PSD tinha sido clara, pois tinham questionado em tribunal a tarifa que a Águas Minho e Lima estavam a aplicar e tinham dito que não pagavam a fatura e a tarifa porque as achavam injustas e que não tinham problema em dizer que também não concordavam com este tipo de sistema. Referiu que percebiam que a água era um bem público essencial que tinha de ser pago. Disse que considerava que a questão tinha começado mal do início e que o grande erro tinha sido o município prescindir dos seus bens e recursos e deixarem que estas empresas fossem constituídas e transformassem isso em escala com o objetivo dos investimentos que iam para os concelhos e distrito. Referiu que se houvesse uma privatização do setor a questão seria agravada, tal como os casos da eletricidade e do gás. Disse que, com os recursos que tinham, provavelmente podiam conseguir prestar um melhor serviço ao município com menos custos, mas tinham herdado esta situação e quando estavam à frente do destino de um concelho tinham de saber dar sequência e resolução aos processos que herdavam da melhor forma e tinha sido isto que tinham feito, para salvaguardar os interesses públicos.



## Assembleia Municipal de Caminha

### 2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, informou que a Mesa tinha recebido correspondência da Casa da Misericórdia de Caminha, um convite para as comemorações do 25 de abril, correspondência do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da freguesia de Vila Praia de Âncora, também na sequência das comemorações do 40.º aniversário do 25 de abril, da Associação de Estudos de Direito Regional e Local e do Senhor Deputado Rui Taxa.

O **Senhor Presidente** informou que tinham sido apresentadas quatro moções à Mesa, duas do PS, uma do PSD e uma da CDU.

A **Senhora Deputada Fernanda Viana** saudou os presentes e apresentou a seguinte moção sobre a escola:

“O grupo de deputados da bancada socialista apresenta uma moção de censura à determinação do Governo de extinção da Escola Básica de Medo, localizada em Riba de Âncora e do Jardim de Infância de Socorro, em Venade. Com produção de efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2014, esta resolução baseia-se em critérios meramente estatísticos de estabelecimentos de educação e ensino que, simultaneamente, agregam o 1.º ciclo do Ensino Básico com menos de 21 alunos e ensino pré-escolar com menos de 20 crianças e de jardins-de-infância com menos de 20 crianças, bem como pela existência de Centros Escolares recentemente construídos.

Repudiamos esta determinação por romper com o laço primário das crianças ao seu meio de origem de um modo prematuro para o seu desenvolvimento pleno; por dificultar a conciliação da vida profissional dos pais com a sua participação no percurso educativo dos seus filhos; por promover a





## Assembleia Municipal de Caminha

desertificação dos territórios; pelo impacto negativo no património cultural e identidade das freguesias e por minimizar os fatores promotores da fixação da população.

Nestes estabelecimentos escolares agora a extinguir, é inegável a qualidade de ensino e o sucesso educativo das crianças e alunos, pelo que o grupo de Deputados do Partido Socialista censura, determinadamente, decisões governamentais alheias às reais necessidades da população e das especificidades locais dos territórios.”

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa** esclareceu que a bancada do PSD tinha hesitado em apresentar uma moção semelhante, com os mesmos objetivos que a do PS, pois tinham entendido que devia ser um papel protagonizado pelos respetivos presidentes de Junta de Freguesia. Referiu que, em doze anos, tinha assistido ao desempenho de muitos governos e que o PS também tinha procedido ao encerramento de muitas escolas e com o qual nunca tinham concordado. Disse que, em nome desta coerência e pela justiça das questões evidenciadas, e não por uma questão de partidarismo, iam votar favoravelmente.

**Esta moção foi aprovada por unanimidade.**

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** saudou os presentes e apresentou uma moção da CDU sobre o 1º de maio:

“O primeiro 1º de maio vivido no pós-derrube da ditadura fascista que vigorou durante 48 anos em Portugal foi um marco histórico de inegável contributo para a consolidação do movimento revolucionário em curso no país. Não é por isso indissociável da própria revolução, sendo hoje aceite pelos mais variados historiadores que a afirmação coletiva e popular, bem presente nas manifestações e festejos de há 40 anos, foi medida, no tempo, como razão de força para que o Movimento das Forças Armadas sentisse nessa legitimidade



## Assembleia Municipal de Caminha

dos trabalhadores e do povo o enriquecimento da causa abraçada, apenas dias antes. A afirmação popular inequívoca e segura, a presença massiva dos trabalhadores e a aliança popular valorizaram o grito de liberdade que ainda se encontrava no ar e permitiram, sem dúvida, direcionar o rumo da revolução. Rumo esse que muitos quiseram contrariar, mas cuja cobardia obrigou a calar nesse momento. Mas refeitos do susto, conscientes da ávida vontade de vingar as perdas do momento, teimosos, não tardaram nas malfetorias aos trabalhadores e ao povo. Hoje, 40 anos depois, e em liberdade de expressão, todos temos consciência que no domínio dos direitos conquistados muitas têm sido já as perdas nefastas e ignóbeis que abalam o sonho de abril e o direito ao trabalho, vivido na dignidade e no respeito. Os trabalhadores e o povo, únicos alicerces da economia e do tecido produtivo, são constantemente remetidos para um papel de submissão e medo, de instabilidade e perda de direitos, de ausência de sonhos e de dificuldade de acesso a um mercado de trabalho que valorize a condição humana e granjeie o respeito pela condição de trabalhador. Todos os trabalhadores têm sido alvo deste ataque sem par, mas sem dúvida que são os funcionários públicos aqueles cuja fatura tem sido mais pesada, mais injusta e mais vil, numa tónica nitidamente ideológica de combate à condição pública e de favorecimento de um modelo privado. Mas a panóplia legislativa, mesmo que com as dúvidas constitucionais, reservam mais agressões aos trabalhadores, de forma indiferenciada aos setores, diminuindo, por exemplo, as compensações aos trabalhadores injustamente despedidos, agora com um recuo estratégico e temporário. Mas que esperar de um estado, gerido por um governo insensível que incumpre, também ele, neste domínio. Veja-se quantas compensações indemnizatórias não são pagas aos trabalhadores contratados, obrigando ao recursos aos tribunais para fazer valer o cumprimento de um direito.

O 1º de maio próximo, 40 depois das classes trabalhadoras terem saído à rua, encontramos todos nesse exemplo o valor da ação coletiva. Os trabalhadores, organizados no trabalho, nos movimentos sindicais, na iniciativa voluntária e





## Assembleia Municipal de Caminha

solidária, têm revelado consciência democrática, percebendo bem o modelo que aos poucos lhe tentam aplicar. Os trabalhadores e o povo sabem das suas razões e não se remeterão eternamente ao silêncio, porque sabem do seu valor e do poder da sua razão. O concelho de Caminha não é externo a esta análise, não só pelos trabalhadores que aqui fazem do seu exercício a sua vida laboral, mas por tantos munícipes que encontram nos concelhos limítrofes o emprego que promove a sua subsistência e a dignidade às suas famílias. E, pelo número crescente de trabalhadores privados do trabalho, percebemos que as mulheres e homens que aqui fazem política, determinando, por vezes, medidas que promovem ou combatem o próprio emprego, têm a obrigação, pela própria representação eleitoral, de se manifestar com clareza, com franqueza e sem qualquer tipo de dissimulação, qual é a sua posição e que valor conferem afinal aos trabalhadores.

Nestes termos, o grupo de eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária, propõe que a Assembleia Municipal de Caminha, reunida em sessão ordinária de 29 de abril de 2014, delibere:

1. Reconhecer o papel histórico do primeiro 1º de maio pós ditadura fascista como marco da consolidação da revolução em curso, iniciada na madrugada do 25 de abril de 1974;
2. Saudar, e assim valorizar, os trabalhadores da função pública, em geral, e os do município de Caminha, em particular;
3. Saudar todos os trabalhadores do e no município de Caminha, reconhecendo o seu empenho e a sua ação pessoal e coletiva na dinamização da economia local e na honra oferecia ao estatuto do trabalho e do trabalhador;
4. Valorizar as forças sindicais na defesa das condições do trabalho e dos trabalhadores;
5. Prestar homenagem a todos os trabalhadores portugueses, afrontados sem igual nos últimos tempos, por políticas de fragmentação e destruição do tecido produtivo, dos trabalhadores e das condições de



Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

acesso e exercício do trabalho, numa tentativa clara de diminuir a condição de trabalhador;

6. Apelar à comemoração, se possível na rua, afirmando o direito ao trabalho, num grito de esperança sensível à mudança.

A presente moção deverá ser enviada à representação municipal do STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa** saudou os presentes e felicitou o Senhor Deputado Celestino Ribeiro pela sua intervenção sobre o primeiro 1º de maio. Referiu que se recordava de ver as imagens na televisão e que esperava que este 1º de maio perdurasse nas memórias e, acima de tudo, pudesse, de alguma forma, voltar a acontecer em Portugal. Por fim disse que subscreviam inteiramente esta moção.

O **Senhor Deputado Rui Lages** saudou os presentes e referiu que, sendo um dos deputados mais novos da Assembleia, não tinha vivido o 1º de maio nem o 25 de abril de 1974, mas o orgulho das pessoas em concretizar os valores da liberdade levavam a que a bancada do PS votasse favoravelmente.

**Esta moção foi aprovada por 34 votos a favor e 1 abstenção.**

O **Senhor Deputado Rui Taxa** saudou os presentes e apresentou a seguinte moção:

“De acordo com o relatório da OCDE de 2013, a taxa de mortalidade infantil em 2011 em Portugal foi de 3,1 por mil nados vivos, sendo a melhor da Europa. Em 2012, a taxa de mortalidade neonatal, de acordo com o portal PORDATA e o Instituto Nacional de Estatística, foi de 2,2 e a taxa de mortalidade perinatal 4,2.

Estes valores colocam o nosso sistema de saúde no primeiro lugar relativo ao declínio da mortalidade infantil. Estes excelentes resultados decorreram de





*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

reformas implementadas no passado, que permitiram o acesso universal de todas as mulheres grávidas a consultas e acompanhamento médico durante toda a gravidez, e o acesso ao parto em unidades hospitalares com serviços especializados, garantindo a qualidade das condições assistenciais para a mulher e o recém-nascido.

Para estes resultados muito contribuiu o serviço prestado pelos Serviços de Obstetrícia/Maternidade e de Neonatologia da Unidade de Saúde Local de Viana do Castelo, considerado um dos melhores em Portugal em 2012, ano em que ali nasceram 1.698 crianças.

Por este motivo, não podemos deixar de apresentar o nosso sério e veemente protesto pelo encerramento, não só destes serviços, mas também pelos Serviços de Endocrinologia e Urologia, restringindo-se, assim, ainda mais o acesso à Saúde a quem deles muito precisa e obrigando a procurar estes serviços nos hospitais vizinhos de Braga e do Porto, com todas as consequências nefastas daí resultantes.”

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** disse que estavam de acordo com a moção apresentada e louvavam a coragem política, uma vez que partia da bancada do PSD, o mesmo partido que governava com medidas que atacavam todo o distrito de Viana de Castelo, mas que afetavam sobretudo os concelhos de menor dimensão, que já vinham sendo afastados dos serviços de saúde. Por fim declarou que iam votar favoravelmente.

O **Senhor Deputado Rui Lages** informou que a bancada do PS ia votar favoravelmente a proposta.

**Esta moção foi aprovada por unanimidade.**



Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Hugo Martins** saudou os presentes e apresentou a seguinte moção, “Encerramento de especialidades médicas hospitalares – ULSAM”:

“O governo, através do Ministério da Saúde, publicou uma portaria que constitui mais violento ataque a Serviço Nacional de Saúde (SNS) e ao direito constitucional à saúde, visando proceder ao integral desmantelamento de toda a rede hospitalar pública.

A publicação da Portaria nº. 82/2014, de 10 de abril, o governo em funções tem como estratégia, uma vez mais, o encerramento arbitrário de serviços hospitalares, nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do país, diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, a criação de condições favoráveis para uma rápida expansão das entidades privadas, sobretudo por via do recurso aos subsistemas de saúde, e contribuir, decisivamente, para uma acelerada desertificação de vastas zonas do país.

É inadmissível que um assunto desta enorme importância, como é o estabelecimento de indicadores e critérios para uma avaliação de forma a categorizar os serviços e estabelecimento dos serviços de Saúde, seja remetido para uma mera portaria. Esta medida só pode ser encarada como uma estratégia política para fugir à discussão e até à negociação do seu conteúdo, dado que as portarias não estão obrigadas ao cumprimento dessas exigências legais gerais. O secretismo e o processo de elaboração desta medida culminou com a sua publicação em portaria.

O Governo pretende cegamente eliminar, a curto prazo, especialidades médicas dos hospitais públicos. Além do encerramento de múltiplas maternidades.

Com esta portaria, irão desaparecer algumas valências na Unidade Local de Saúde do Alto Minho os serviços de obstetrícia/maternidade, endocrinologia, neonatologia e urologia, com conseqüente encaminhamento dos utentes para Braga ou para o Porto, ao mesmo tempo que mantém vultuosos contratos com entidades privadas nestas valências.





Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

A Unidade Local de Saúde do Alto Minho agrega e gere os cuidados hospitalares e de saúde primários prestados aos cerca de 245.000 habitantes do território dos 10 concelhos que constituem a região.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Caminha, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2014, delibera:

1. Uma reforma do SNS deve sempre ser feita ouvindo as autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem.
2. A necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar, e não apenas o encerramento de camas e serviços, de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referenciação.
3. A melhoria contínua na organização do SNS é necessária. Mas não se faz desta forma, nem nestas circunstâncias, criando insegurança nas populações.
4. A classificação das unidades do SNS num número reduzido de categorias pode ter uma função útil de sistematização.
5. A realidade tão complexa – na sua organização atual e na sua evolução histórica e cultural – como são os hospitais, não pode ser reduzida repentinamente e forçadamente a 4 categorias.
6. Na situação atual, de severos e duros cortes orçamentais, qualquer mecanismo oferecido pela portaria tende a ser interpretado naturalmente como tendo uma finalidade economicista, de poupança financeira, não tendo em conta a melhoria dos serviços e muito menos o acesso das populações aos serviços de saúde.
7. A Assembleia Municipal de Caminha apela à manutenção dos atuais serviços na Unidade Local de Saúde do Alto Minho (Viana do Castelo) na defesa da existência de um SNS de todos e para todos os cidadãos.

Nota: Solicitamos o envio da moção ao Senhor Presidente da República, Senhora Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro-Ministro,



## Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Ministro da Saúde e grupos parlamentares da Assembleia da República.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa** referiu que subscreviam a moção apresentada pelo PS, no entanto que não podia deixar de ressaltar que, como eleitos locais, deviam essencialmente defender uma política local e não, tanto quanto possível, uma política nacional e lembrou que no passado o PS também tinha fechado serviços de saúde.

**Esta moção foi aprovada por unanimidade.**

### **b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia**

O **Senhor Presidente** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães** saudou os presentes e leu:

“No dia 19 de abril de 2014, em plena época pascal, Vila Praia de Âncora esteve em festa com a realização da que é considerada a «maior mesa de páscoa».

Amanhã, dia 30 de abril, tem início em Vila Praia de Âncora a «Vila Praia de Âncora em Flor».

Dois eventos de iniciativa do anterior executivo, a que em boa hora o atual deu continuidade pelo justo e merecido valor da referência que já constitui a nível nacional, para o concelho de Caminha e particularmente para Vila Praia de Âncora.

Antes de terminar a minha intervenção, em nome da bancada do Partido Social Democrata, endereço os parabéns à Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, aos Senhores Empresários do concelho de Caminha, aos amigos das





## Assembleia Municipal de Caminha

«Maias», pois são os grandes impulsionadores e verdadeiros protagonistas destes dois grandes eventos.

Endereço os parabéns a todas as associações culturais e outras instituições de solidariedade social e a todos aqueles que individualmente e voluntariamente participam. Endereço os parabéns e agradecimentos à Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, pela sua dignidade e por deixar transparecer o valor daquela vila no concelho de Caminha, que não deve nunca ser esquecido nem menosprezado, e, como Deputado da Assembleia Municipal de Caminha, lamento não ter recebido convite para a mesma.”

O **Senhor Presidente** disse que tinha ordenado que todos os presidentes e todos os deputados ex-presidentes fossem convidados e que se tinha havido algum problema tinha sido por parte dos serviços. Acrescentou que não pretendia de modo algum minimizar a presença do Senhor Deputado. Pediu desculpa e disse que julgava que teria sido o único a não receber o convite.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** fez uma interpelação à Mesa para esclarecer que os deputados do PSD não tinham recebido nenhum convite propriamente e exclusivamente para o hastear da bandeira em Vila Praia de Âncora e Caminha.

O **Senhor Presidente** disse que não era da sua responsabilidade, que não tinha sido organização da Assembleia Municipal.

A **Senhora Deputada Sónia Lajoso** saudou os presentes e leu:

“Todos nós temos em comum uma nostalgia e uma saudade de duas fases da nossa vida: ser criança e ser muito jovem!

Esta minha intervenção nesta Assembleia Municipal tem como objetivo apelar à participação cívica de todos nós na VIII Semana dos Direitos da Criança que se realiza de 26 de Maio a 1 de junho do corrente ano e é organizado pela



## Assembleia Municipal de Caminha

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha (CPCJ). A CPCJ é uma instituição oficial, não judiciária, com autonomia funcional, que visa «promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral». Nesta semana a CPCJ pretende sensibilizar a comunidade política, educativa e em geral sobre os direitos das crianças, promovendo várias atividades para as crianças e para todos nós, cidadãos que temos responsabilidade cívica de participar.”

Referiu algumas das atividades que se iam realizar: no dia 26 de maio, “Segurança Infantil – GNR por um dia”; no dia 27 de maio, “Presidente da Câmara por um dia” e uma tertúlia intitulada “Partilha de Afetos”; no dia 28 de maio, uma conferência intitulada “Qualidade dos Afetos”; no dia 29 de maio, a “Marcha dos Direitos da Criança”; no dia 30 de maio, “III Assembleia de Crianças e Jovens”; no dia 31 de maio, um *workshop* e um momento cultural com a Academia de Música Fernandes Fão; no dia 1 de junho, o espetáculo infantil “Sónia Araújo”.

Em seguida leu:

“Apelo à participação de todos nestas atividades. No dia 30 de Maio de 2014 irá realizar-se a III Assembleia de Crianças e jovens, de iniciativa exclusiva da CPCJ. Este ano será num contexto real. Irá decorrer no período de intervenção do público na Assembleia Municipal Extraordinária que se realizará no dia 30 de Maio do corrente ano aqui no Teatro Valadares pelas 14h. Teremos um público de crianças e jovens do nosso concelho que vêm junto de nós trazer intervenções com temas que os preocupam e que será para nós todos um prazer ouvir e responder às intervenções. Em nome da mesa apelo à pontualidade dos deputados para a sessão iniciar às 14h em virtude do transporte e de estarem presentes crianças e jovens dos 4 aos 18 anos. Fica já o convite a toda a comunidade a participar nesta semana dos Direitos da





## Assembleia Municipal de Caminha

Criança. Todos nós temos responsabilidade cívica de participar nestas atividades promovidas por várias entidades.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa** referiu a excelente participação do Desnível Positivo na 29ª Maratona das Areais com o 54.º lugar alcançado por Pedro Igor e pelo 4.º lugar, primeiro europeu, alcançado por Carlos Sá; mencionou que era a segunda vez que Carlos Sá alcançava o 4.º lugar, o que o tornava um atleta excelente, se não único, a nível mundial e que este resultado traria certamente muitos atletas a Portugal, ao *trail* de Serra d'Arga.

Também referiu a excelente realização do campeonato de surf organizado pelo clube de surf de Vila Praia de Âncora, acrescentando que tinham um potencial para explorar e uma fonte de captação para Vila Praia de Âncora e para o concelho que não deviam ser postos de lado.

Em relação aos 40 anos das comemorações do 25 de abril, referiu que alguns dos deputados tinham recebido os convites na quarta-feira, com acontecimentos a decorrer e outros já realizados na terça-feira. Realçou que não tinham sido convidados formalmente para o hastear da bandeira em Vila Praia de Âncora e em Caminha. Lamentou que, na cerimónia realizada pela Assembleia Municipal, não estivesse presente um mestre-de-cerimónias que tivesse conduzido os ex-presidentes de Câmara e da Assembleia Municipal aos seus lugares.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se havia novidades quanto à instalação do Continente em Vila Praia de Âncora e se a Câmara já estava na posse de todos os terrenos para poder construir o Continente.

Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o que tencionava fazer concretamente na praia de Vila Praia de Âncora, devido à proximidade da época balnear. Mencionou que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que ia realizar uma intervenção numa primeira fase e numa segunda fase; a segunda fase seria a consolidação das Dunas dos caldeirões, a realizar depois da época balnear, entre setembro e o final de dezembro; acrescentou que o



## Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente também tinha referido que ia tentar fazer a reposição do leito do rio ao seu curso normal, com a necessidade de rasgar valas naturais, sendo que uma colocaria o rio no seu curso normal e a outra teria como objetivo abrir o leito do estuário de modo a reconduzir as águas estagnadas do sapal do Âncora para a sua foz natural, através da praia das crianças. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se isto ia ser realmente realizado proximamente ou depois de setembro e como estava a planear fazê-lo, porque a não renovação das águas estagnadas do rio Âncora que ficavam entre a foz antiga e a nova podia provocar um sério perigo de saúde pública, enfatizando que era necessário que aquela praia estivesse nas melhores condições possíveis, pois todo o Vale do Âncora vivia daquela praia.

Referiu que existiam, na Mata da Gelfa, um conjunto de águas pluviais e residuais que estavam a ser conduzidas para a vizinhança da atual ETAR e que estavam a causar sérios problemas de ordem pública, sendo que a zona estava inclusivamente interdita a peões e veículos, pois havia o perigo de alguém poder ficar atolado e falecer. Enfatizou que existia um perigo de saúde pública que devia ser verificado, estudado e corrigido, pois podiam ter um atentado ambiental se no próximo inverno a duna continuar a ser devastada pelas intempéries marítimas e se toda aquela zona fosse ter ao mar.

Informou que, em relação ao *ferryboat*, ia apresentar dois requerimentos dirigidos ao Senhor Presidente da Assembleia para serem entregues ao Senhor Presidente da Câmara, que aqui se transcrevem:

“Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, casado, residente na freguesia de Vila Praia de Âncora, na qualidade de membro da Assembleia Municipal de Caminha no legítimo exercício no âmbito das competências de apreciação e fiscalização que lhe são conferidas, vem, ao abrigo do artigo n.º 24 da Lei 75/2013 de 12/09 e alíneas b) e c) do artigo 54º do Regimento, requerer que V. Ex.<sup>a</sup> se digne solicitar ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara informação/esclarecimento sobre os seguintes pontos:





## Assembleia Municipal de Caminha

1. Qual o tempo de paragem do ferry para manutenção e obtenção do certificado de navegabilidade?
2. Quais os encargos estimados e assumidos (com compromisso feito) com a «manutenção» e vistoria?
3. De que modo vão extrair inertes junto do cais de acostagem do ferry em Caminha?
4. Foi feito algum estudo?
5. Para onde vão ser transportados os respetivos inertes?
6. Uma vez que se trata de um rio internacional, tem autorização pra o efeito, a nível da tutela e das capitánias? Em que data foram proferidos e comunicados tais pareceres?
7. Promoveu o competente ajuste direto? Qual o seu valor e a quem adjudicou?
8. A Câmara de La Guardia vai comparticipar nesses custos?
9. Quando se inicia a dragagem?

O pedido de informação escrita constantes nos pontos anteriores relacionam-se com a recente anunciada «extinção de inertes» que publicamente o Senhor Presidente da Câmara afirmou ir decorrer nos próximos dias, enquanto o ferry está para «manutenção» em doca.”

Em seguida apresentou o segundo requerimento:

“Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, casado, residente na freguesia de Vila Praia de Âncora, na qualidade de membro da Assembleia Municipal de Caminha no legítimo exercício no âmbito das competências de apreciação e fiscalização que lhe são conferidas, vem, ao abrigo do artigo n.º 24 da Lei 75/2013 de 12/09 e alíneas b) e c) do artigo 54º do Regimento, requerer que V. Ex.<sup>a</sup> se digne solicitar ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara informação/esclarecimento sobre os seguintes pontos:

1. Quais são os anos do acordo «programa de pagamento a Caminha» (2006 a 2010) e da gestão do atual executivo de La Guardia que já estão pagos? Quais os seus montantes? Quais os montantes do acordo que faltam pagar?



## Assembleia Municipal de Caminha

2. O ano de 2011 foi pago? Em que data? Em caso negativo, qual o seu montante e valor em dívida?
3. O ano de 2012 foi pago? Em que data? Em caso negativo, qual o seu montante e valor em dívida?
4. O ano de 2013 foi pago? Em que data? Em caso negativo, qual o seu montante e valor em dívida?
5. O 1º trimestre de 2014 foi pago e em que data? Em caso negativo, qual o seu montante e valor em dívida?
6. Foi celebrado algum novo acordo de «programação de pagamento»? em que data? Verbal ou escrito? Qual o seu conteúdo? (juntar cópia).
7. A ação interposta em tribunal vai prosseguir? Foi suspensa? Foi atualizada com os montantes acrescidos e atualmente em dívida?
8. Qual o valor total atualmente em dívida pela Câmara de La Guardia para com o município de Caminha?
9. Tendo em conta a acusação de V. Ex.<sup>a</sup>, quanto às alegadas «incompetências» do anterior executivo, que pelo menos interpor uma ação de cobrança coerciva da dívida nas instâncias próprias e acautelou a sua prescrição, quais os procedimentos e decisões de extrema competência promovidos por V. Ex.<sup>as</sup>, para garantir e acautelar a cobrança de uma dívida que cresce de mês para mês e de ano para ano, e com isso defender os interesses da população do concelho que tem vindo a suportar unilateralmente os custos e despesas de um equipamento que serve os dois concelhos?

O pedido de informação escrita constante nos pontos anteriores decorre da falta de resposta a um pedido de informação por mim anteriormente apresentado ao Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal e de informações públicas veiculadas na comunicação social e *síte* do município.”

**O Senhor Deputado José Gaspar Pereira** saudou os presentes e leu:





## Assembleia Municipal de Caminha

“Antes de mais, e sendo a primeira vez que uso da palavra nesta Assembleia Municipal, permitam-me dizer-vos que me sinto muito honrado por tal facto e que tudo farei para contribuir por um futuro melhor e com qualidade para o nosso concelho.

O assunto que vou apresentar tem a ver com a minha preocupação pelo atraso nas obras de recolocação do leito e foz do rio Âncora, na regeneração da Duna dos Caldeirões e no Paredão de Moledo.

Compreendo que o processo de adjudicação da obra pública está sujeita a um complexo conjunto de medidas e prazos que têm de ser cumpridos e percebemos também que, tratando-se de fundos comunitários, não possa o Governo ou a POLIS Litoral Norte, entidade promotora da obra, escolher um empreiteiro amigo para fazer as obras que tanto necessitamos. Mas considero inaceitável que, para situações de exceção, não hajam procedimentos excepcionais, motivados pela urgência da intervenção.

Se a partir do concelho de Caminha, a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia de Âncora, Moledo e Cristelo e Vila Praia de Âncora, as associações ambientalistas e até os pescadores, tiveram capacidade para se mobilizar rapidamente e reivindicar uma solução para as nossas praias, exigimos que o Governo da República saiba acompanhar as nossas exigências e, sobretudo, a nossa celeridade.

Em relação à Duna dos Caldeirões, é urgente intervir porque de facto existe um lago de águas paradas em frente ao Parque Ramos Pereira, com todas as consequências que podem advir de tal situação, agora que as temperaturas estão a aumentar. Poderão não estar distantes questões de degradação ambiental e de saúde pública decorrentes de maus cheiros, peixes mortos e proliferação de insetos.

É urgente intervir porque a duna continua a ser derrubada pelo contínuo desgaste do mar e serpentear da foz, tendo já triplicado o volume da destruição desde o início do passado mês de fevereiro.



## Assembleia Municipal de Caminha

É urgente intervir na limpeza das margens e do leito do rio, porque para lá da questão estética, estão questões de segurança e de qualidade dos utentes durante a próxima época balnear, pois os detritos depositados vão-se depositando gradualmente enterrando, sendo depois difícil ou impossível a sua recolha, nomeadamente através dos meios de limpeza habituais.

A mesma preocupação vai também para o Paredão de Moledo com as devidas diferenças dos problemas existentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Ninguém hoje duvida da vontade que a Câmara e todas as instituições têm colocado na resolução deste problema. Elogio, aliás, o modo como no contexto nacional de adversidades que se viveu este inverno, soube a autarquia distinguir-se em todo o país pelo modo como se bateu e tornou pública a situação difícil de Moledo e da Duna dos Caldeirões. Pela atenção mediática suscitada, conseguiu-se o que outros executivos da mesma cor do Governo nunca conseguiram: a atenção que provocou o interesse e a visita da Agência Portuguesa do Ambiente, do Secretário de Estado do Ambiente e do Ministro do Ambiente e, sobretudo, o financiamento na ordem dos 1,4 milhões.

Mas o tempo esgota-se. Não basta o Senhor Ministro do Ambiente vir de visita e dizer que há verbas para acudir ao litoral. Para isso podia ter ficado em Lisboa, poupava-se a maçadas e poupava-nos a despesas. Queremos decisões claras e transparentes, rapidez na ação, objetividade nos processos e, acima de tudo, sensibilidade ambiental, algo que parece ser cada vez mais raro neste Ministério.

Encorajo o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Presidentes das juntas envolvidas com estes problemas, os ambientalistas, a comunidade a continuar com forte empenho, para que o Governo acelere o processo de requalificação destas áreas.

Temos que manter uma pressão política sobre o Ministério do Ambiente, a Agência Portuguesa de Ambiente e POLIS Litoral Norte, no sentido de evitar atrasos burocráticos ou negligentes tão habituais no nosso aparelho de Estado





*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

para a resolução destes problemas que afetam o ambiente, a qualidade de vida e a economia do nosso concelho.”

O **Senhor Deputado Carlos Mouteira** cumprimentou os presentes e leu:

“O património histórico-cultural edificado é sem dúvida uma das atratividades turísticas do nosso município caminhense.

Nessa matéria, a monumentalidade religiosa tem especial destaque.

Há, como sabemos, um turismo religioso que se orienta por esta área da fé ou também, se quisermos, somente pela arte sacra.

No passado, foram os nossos ancestrais, por força da cultura que nos é comum, que investiram muito nos monumentos religiosos, que agora nos cabe manter, recuperar, conservar e requalificar.

Se no passado se gastaram muitos recursos, agora cabe-nos tirar dividendos desse património edificado, tudo fazendo de forma sustentável para que o retorno seja possível. Ou seja, precisamos de rentabilizar os recursos empregues no passado e no presente, através de ações e atitudes que nos tragam cada vez mais gente, com claros objetivos turísticos, atraída pelos nossos valores patrimoniais.

Assim, **louvemos os intervenientes** que, individual ou coletivamente, conseguiram que o programa ON.2 da Direção Geral de Cultura do Norte garantisse o financiamento de muitos milhares de euros, tanto para as obras de requalificação do Mosteiro de São João D'Arga, como da Igreja da Misericórdia de Caminha.

No que diz respeito ao Mosteiro de São João D'Arga, conseguiram-se quase 500 mil euros, e tanto o executivo camarário, agora liderado pelo Senhor Presidente Dr. Miguel Alves, como o anterior executivo, liderado pela Dra. Júlia Paula se empenharam, cada qual com a sua quota parte, no feliz sucesso deste empreendimento.

No que diz respeito à Igreja da Misericórdia de Caminha, temos aqui, em simultâneo, duas vitórias. A primeira, decorrente de se conseguirem 106.350



## Assembleia Municipal de Caminha

euros através da citada candidatura do «ON.2 – O Novo Norte», para as obras que já estavam em execução e que contemplam a recuperação do coro alto, do teto da igreja e do órgão de tubos, cujo valor de total é de 152 mil aproximadamente e que iam ser suportados apenas e tão somente pela instituição. Logo, como se compreende, foi uma enorme ajuda, que permite realizar, na Igreja da Misericórdia, outros trabalhos, necessários também.

A segunda vitória, na verdade, tem a sua génese na primeira, ou seja: para tentar facilitar a aprovação da candidatura era importante apresentar um documento que demonstrasse ter a Igreja da Misericórdia a classificação de Interesse Público Nacional ou, pelo menos, de Interesse Público Municipal. Para enorme surpresa de tantos, nem tinha uma coisa nem outra. Foi por isso solicitado à Câmara Municipal e também à Direção Geral do Património Cultural que fosse considerado esse objetivo, acredito, mais do que merecido e necessário. Bem... e foi, realmente. Primeiro foi aprovada a candidatura, os tais 106.350 euros.

Agora, em 17 de abril, no Diário da República foi publicado um Procedimento Administrativo da Direção Geral do Património Cultural para possibilitar a classificação da Igreja da Misericórdia a Monumento de Interesse Público Nacional. Vale a pena termos em atenção o considerando final do Parecer da Direção Regional da Cultura Norte, que nos diz: «Face ao exposto, e no âmbito da Lei n.º 1071-2001, de 8 de setembro, no Decreto n.º 3091-2009, de 23 de outubro, e **nos critérios aplicados para a classificação de bens imóveis considera-se que a Igreja da Misericórdia de Caminha, Pelo seu valor histórico, social, pelo seu valor arquitectónico, pelo seu valor artístico, de uma riqueza notável em termos de bens móveis, pela sua exemplaridade, autenticidade e pelo seu bom estado de conservação, como testemunho e significado cultural insere-se no âmbito nacional.** Pelo que, se propõe a abertura do procedimento administrativo de classificação da Igreja da Misericórdia de Caminha, não obstante de estar integrada na classificação do Centro Histórico de Caminha.»





## Assembleia Municipal de Caminha

Penso que brevemente teremos, também, a classificação de Monumento de Interesse Municipal, uma promessa pessoal que o Senhor Presidente Miguel Alves teve oportunidade de considerar em duas reuniões que manteve com a Mesa Administrativa.

Por fim, na qualidade de Provedor da SCMC, em funções de voluntariado, tal como todos os mesários, e na qualidade de deputado desta Assembleia devia dar, e dei, ênfase a estas conquistas, seja o Mosteiro de São João D'Arga ou a Igreja da Misericórdia, e louvar todos os que amam e trabalham por esta terra. O que nos move e incentiva não é outra coisa que não seja o bem comum e a contribuição para uma sociedade melhor.”

Por fim, na qualidade de provedor da SCMC, referiu que tinha sido enviado um convite para todas as autoridades, para a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, e também para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, por isso, não tinha havido qualquer discriminação, pois tinham sido enviados na mesma altura.

O **Senhor Deputado Luciano Santos** cumprimentou os persentes e leu:

“Na última Assembleia Municipal, realizada a 28 de fevereiro passado, V. Ex.<sup>a</sup> referiu que o anterior executivo da Junta de Freguesia de Riba de Âncora deixou os arruamentos da Freguesia num estado calamitoso.

Senhor Presidente, não sabemos em que informação se baseou, mas de certeza que não estava a falar da freguesia de Riba de Âncora.

Tivemos o cuidado de, no dia seguinte, percorrer os arruamentos da freguesia. Qual não foi o nosso espanto ao verificar que, na verdade, nas estradas com piso em alcatrão, existiam grandes crateras, não só em largura, mas também em profundidade. Constatamos, ainda, que essas crateras surgiram após um novo ciclo de governação do qual não nos podem ser imputadas responsabilidades. Sempre tivemos o cuidado de atempadamente solicitar à Câmara Municipal a colaboração na manutenção do piso, nomeadamente no



## Assembleia Municipal de Caminha

que se refere à tapagem dos buracos. Colaboração essa que foi sempre assídua e correspondida.

Senhor Presidente, quer queira quer não, tem de admitir que os arruamentos da nossa freguesia sempre estiveram bem cuidados pelo anterior executivo da junta de freguesia. O recente estado calamitoso do piso verificado ultimamente surgiu já durante a sua governação. Foi muito tempo, Senhor Presidente, cerca de seis meses, que V. Ex.<sup>a</sup> deixou ao abandono, ao desmazelo a manutenção das estradas de Riba de Âncora. Felizmente e, já durante o corrente mês de abril, os buracos foram tapados, ainda bem, o nosso obrigado.

Senhor Presidente, lamentámos que o bom nome dos membros do anterior executivo da Junta de Freguesia de Riba de Âncora tivesse sido denegrido pelas acusações injustas proferidas por V. Ex.<sup>a</sup>. Acreditamos que o tenha feito involuntariamente, talvez por desabafo, ou nervosismo, mas o certo é que o fez. Fê-lo e, quanto a nós, injustamente. Acreditamos que, de futuro, procurará ter mais atenção, mais delicadeza e mais injustiça nas suas palavras.”

O **Senhor Presidente** pediu ao público e aos deputados presentes que não fizessem comentários durante as intervenções.

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa** reforçou o pedido de esclarecimento do Senhor Deputado Gaspar a propósito de declarações que tinham sido proferidas. Referiu que o último inverno tinha sido penoso para todo o país, particularmente Caminha, e que das áreas mais atingidas tinham sido as do litoral e que, portanto, estavam de certa maneira subjacentes às intervenções que a POLIS estava a desenvolver no território. Disse que podia não ter interpretado bem, mas que lhe parecia que também tinha ouvido por parte do Senhor Presidente da Câmara a referência a obras escolhidas pela POLIS em função de “empreiteiros amigos” para fazer as intervenções e que esta expressão também tinha sido utilizada na intervenção do Senhor Deputado Gaspar. Disse que era importante e pertinente que a questão fosse esclarecida





## Assembleia Municipal de Caminha

na Assembleia, pois tratava-se de uma instituição pública, constituída por capital social do Estado e dos municípios. Disse que era muito grave estar a ser insinuado que uma instituição fazia adjudicações e escolhia empreiteiros em função de amizade, por isso era necessário um esclarecimento, pois devia de ser um mal-entendido.

**O Senhor Deputado Hugo Martins** saudou os presentes e leu:

“Comemorámos há dias 40 anos de democracia vivida depois do 25 de Abril, com conteúdo, com uma sessão solene com um carácter plural de intervenções de todos os quadrantes políticos, os com representação nesta assembleia, mas também o BE, na sua maioria as intervenções foram contextualizadas ao momento solene e acompanhadas de uma reflexão intelectual, foi um momento e um modelo diferente para melhor, foi um verdadeiro comemorar do dia da liberdade. O conjunto de atividades culturais da comemoração desta data teve uma adesão muito grande por parte da população concelho de Caminha, com uma elevada qualidade da agenda cultural, mostrando competência e excelência nestas iniciativas, como por exemplo: a apresentação do Livro de João Pedro Mésseder; Orfeão de Vila Praia de Âncora – Canções Zeca Afonso; Adriano Correia de Oliveira; Fernando Lopes Graça; Cantar Liberdade, Concerto Escolas Caminha e Vila Praia de Âncora; Uxia – Sempe Abril e Fernando Tordo.

Este período desde o 25 de Abril de 1974, foi marcado por grandes reformas e muitas conquistas, sendo uma das mais importantes a criação do poder local democrático.

Os municípios e as freguesias em Portugal, porque desenvolvem a sua atividade numa lógica de proximidade com as populações locais, são reconhecidamente uma grande mais-valia para as populações locais.

O município de Caminha foi gerido de forma exemplar no tempo em que era presidente o Professor Pita Guerreiro e foi, por isso, durante muito tempo justamente considerado, em muitas áreas de atuação, um exemplo a nível



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

distrital. Por isso os autarcas socialistas podem orgulhar-se do seu passado à frente dos destinos do município.

Aconteceu que durante 12 largos anos de liderança do PSD, não só não se resolveram alguns dos problemas estruturais do concelho como se agravaram outros, como a competitividade das nossas empresas, a perda de habitantes (500 nos últimos anos), o desemprego (com o encerramento de praticamente todas as unidades fabris do concelho em pouco menos de 6 anos) e a participação dos cidadãos, sempre esmagados por uma poderosa máquina de propaganda e perseguição que mereceu o voto contrário do povo em 29 de Setembro último.

O Partido Socialista, nas últimas eleições, trouxe de novo a esperança. O atual presidente apresentou propostas sérias e consequentes ao eleitorado, que reconheceu os seus méritos, e também da sua equipa.

Eu, com a minha juventude, estou aqui porque fui eleito pelas gentes da minha terra. Estou aqui porque ajudei a dar corpo às propostas do PS e porque fui eleito para este órgão e quero ser fiel ao mandato que me foi conferido.

O mandato que recebi implica estar atento aos problemas e ajudar a resolvê-los. Implica pôr em evidência as melhorias que é preciso levar a cabo, mas também pôr em destaque os aspetos mais conseguidos nestes primeiros seis meses de gestão socialista.

Nesta intervenção vou centrar-me nas atividades culturais e particularmente nas mensagens culturais distintivas que marcam uma visão mais moderna, mais aberta e mais saudável, em termos de vivências culturais das populações. Durante os primeiros seis meses de gestão da Câmara de Caminha pelo Partido Socialista, assumiu uma postura de abertura para apoiar as associações do nosso município. Essa abertura significou para muitas um novo 25 de Abril, pois durante doze anos foram marginalizadas e esquecidas.

Agora, não fora a situação financeira resultante de muitos erros do atual governo, agravados com a má gestão da Câmara, da responsabilidade do





## Assembleia Municipal de Caminha

PSD, no município de Caminha, seria possível juntar à abertura ao diálogo os apoios financeiros julgados pertinentes.

Mas, independentemente das dificuldades financeiras, as associações culturais, desportivas, recreativas, humanitárias e de solidariedade social sabem que as portas do município estão abertas e o seu presidente e os vereadores disponíveis para as receberem.

Hoje as associações, independentemente dos seus dirigentes serem simpatizantes ou militantes do PS ou de outro partido, sabem que não são postergadas e marginalizadas como o foram durante 12 anos.

Hoje as associações, independentemente da cor política dos dirigentes e associados, sabem que não mais existem discriminações em função da tendência política.

Hoje é possível dialogar abertamente com a Câmara Municipal.

Hoje, qualquer associação e qualquer cidadão pode apresentar as suas ideias e os seus projetos em plena liberdade e com a certeza de que, se forem pertinentes, serão apoiados.

Hoje as associações sabem que a nova Câmara, a Câmara eleita em outubro, e liderada por cidadãos livres de qualquer tutela, é de todos e está ao serviço de todos.

As associações já perceberam que tudo mudou e que no atual executivo camarário sempre encontrarão uma palavra de estímulo, uma palavra de apoio e de apreço pelo seu esforço e pelo seu trabalho em benefício da comunidade.

As associações sabem que podem dar largas à sua imaginação e que podem levar as suas mensagens culturais, desportivas, humanitárias e de solidariedade social às populações do município ou de outros municípios.

As associações trabalham numa lógica de proximidade com as respetivas populações, mas não esquecem os turistas e veraneantes que nos visitam e que muito apreciam a qualidade das suas prestações.

Por isso, quando ainda são passados poucos meses de gestão socialista, quando ainda estamos a arrumar a casa que estava tão desarrumada, deixo



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

algumas notas sobre a ação da Câmara de Caminha enquanto promotora de iniciativas e enquanto propiciadora de outras ações levadas a cabo por outras associações, elevando a qualidade e a organização de todos os eventos.

Referindo-me, por agora, apenas a Vila Praia de Âncora e vertente da propiciação das condições para que as associações continuem a desenvolver a sua atividade, direi o seguinte:

Direi que a Câmara tem trabalhado com a Academia de Música Fernandes Fão em diversas atividades que levaram à sua participação nas festividades de Natal, na originalidade do Dia dos Namorados, em que vários violinos andaram pela nossa vila, no envolvimento na Mesa da Páscoa e no apoio dado ao Festival de Primavera e no Concurso Internacional de Piano. E tem colaborado com o Orfeão, seja na significativa organização de uma Reunião de Câmara Descentralizada na sua sede, na colaboração no 25 de Abril levando a prestigiada instituição ancorense a ser um dos pontos altos da sessão solene ou noutras atividades onde sempre tem existido uma similitude de vontades e entusiasmo. Assim tem sido com o Etnográfico, com quem a Câmara Municipal prepara um festival ibérico e de quem tem sido parceira em inúmeras ocasiões nestes 6 meses. Este é, por isso, um tempo novo, um tempo de envolvimento e de unidade.

No que concerne a iniciativas de cariz cultural e desportivo promovidas nos últimos meses em Vila Praia de Âncora refiro as seguintes:

- a) A iniciativa de preservar a memória dos velhos pescadores de Vila Praia de Âncora, que participaram na pesca do bacalhau, que tem como objetivo recolher, em vídeo, os testemunhos de velhos marinheiros o que nos permitirá voltar a “viajar” até à Terra Nova e perceber as agruras de uma vida dura e difícil;
- b) O apoio dado ao campeonato de surf realizado em Vila Praia de Âncora, que concitou o interesse e atenção de centenas de jovens;





## Assembleia Municipal de Caminha

- c) A iniciativa de promover a maior mesa da Páscoa, com uma extensão de cerca de 500 metros nas Ruas 5 de outubro e 31 de janeiro, que concitaram a atenção de muito milhares de pessoas;
- d) As iniciativas que visaram a comemoração do 25 de abril em Vila Praia de Âncora com um ar mais festivo e com uma aderência das populações nunca antes visto;
- e) A promoção da iniciativa designada “Vila Praia em Flor”, que constituiu um dos momentos mais altos da promoção turística de Vila Praia de Âncora.

Por esta nova postura de abertura e de apoio às associações, quero expressar aqui publicamente a satisfação das gentes de Vila Praia de Âncora e do Vale do Âncora, que muito apreciam a postura da Câmara, uma postura de qualidade e de interação com a população, uma capacidade de criar sinergias de cooperação com todos os agentes do concelho.

Estaremos sempre preparados para melhorar o muito que ainda há para melhorar, mas também para dar testemunho da mudança.

Refiro-me à mudança para melhor, a que todos assistimos.”

**O Senhor Deputado Celestino Ribeiro** saudou os presentes e leu:

“Na última reunião desta Assembleia Municipal foi apresentada e aprovada uma moção conjunta, numa manifesta vontade de cooperação e contributo coletivo, relativa à defesa da costa, em que, passados os considerandos, “os eleitos da Assembleia Municipal de Caminha apelaram ao envolvimento de todas as entidades oficiais competentes e dos decisores políticos no sentido de, ouvidas as populações em geral e os pescadores em particular, ser realizado um estudo aprofundado sobre todas as possíveis causas e consequências da situação vigente na nossa costa, em particular em Vila Praia de Âncora, alicerçando uma decisão validada cientificamente e que garanta a segurança e a coesão territorial”. Esta moção foi enviada para a Câmara



*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

Municipal de Caminha. Neste seguimento preocupa-nos que sem demora, e porventura não atendendo ao objeto concreto da moção aprovada, a Câmara Municipal, tenha promovido uma sessão de lançamento de obra e anuncie mesmo o efetivo início dos trabalhos em Moledo e Vila Praia de Âncora ainda este mês. Mas mais preocupante nos parece que julgue definitiva a solução a implementar em obra, na certeza de que encontrou este executivo, provavelmente apoiado nos saberes dos seus vereadores ou outros, razões mais que suficientes para um investimento superior a 1 milhão de euros. Admitimos que possam estar dotados de toda a razão e que o futuro possa até alicerçar esta vossa opção, mas a verdade é que também poderá demonstrar o contrário. Não estamos cabalmente contra a intervenção e julgamos até que algo deve ser feito com urgência na perspetiva de diminuir os impactes na zona estanque junto à estação elevatória, vulgo lingueta, contrariando a estagnação das águas. Mas pensem também no que significa esta afronta a uma ação da Natureza. Pensem em todas as certezas do passado para perceber as nossas dúvidas no futuro. Aprofundem o conhecimento sobre os limites das águas do mar no passado e das bacias hidrográficas dos rios. Vejam as construções feitas pelo Homem, desde as barragens nos rios aos molhes no mar, e pensem nas dinâmicas de adaptação natural do meio. É que, das duas uma, ou querem interferir no meio natural, impedindo que a Natureza se reconfigure, ou então assumem que não só querem alterar as dinâmicas ambientais, como também impedir a natural readaptação, interferindo duplamente e agravando futuras soluções. Caro presidente da Câmara e digníssimos vereadores, julgamos que o tempo é de reflexão. 1,4 milhões de euros podem ser extremamente necessários numa ação preventiva no quadro da configuração atual. Assumem V. Ex.<sup>as</sup> que este investimento, decidido no mês seguinte à rutura do cordão, é a opção certa? Assumem-no baseados em que pareceres? Quais as especificações de obra que enquadram este investimento, quem decidiu, que outras possibilidades foram estudadas, por quem e quando? Exmo. Senhor Presidente da Câmara, reafirmamos que não temos qualquer decisão final,





## Assembleia Municipal de Caminha

antes tivéssemos, sobre o mais correto e ajustado a fazer face à atual situação em Vila Praia de Âncora, mas se estivéssemos na sua cadeira quereríamos decidir com a certeza de que respeitaríamos as dinâmicas naturais, quer próprias, quer de resposta às agressões, e não desbarataríamos os fundos agora libertados. Entenda nestas palavras uma forma de compromisso com o ambiente, a população e a defesa da orla costeira, que, estamos certos, também serão a sua preocupação.

Outra questão que queremos abordar prende-se com algo que, de certa forma, se enquadra num pedido informal feito pela CDU a V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente da Câmara Municipal. Como bem sabe, muito gostaríamos de conhecer todo o património do município e sobretudo em que condições se encontra, prevendo fins essenciais para o concelho. Neste quadro, e porque por diversas vezes aqui foi referido um apartamento sito em Vila Praia de Âncora, na rua de Gontinhães, em tempos entregue/doado à junta de freguesia desta vila, posteriormente assumido em Assembleia dessa mesma freguesia que essa autarquia não detinha a posse do imóvel, no entanto havia-o entregue a uma associação, mantendo-se sempre a vontade do construtor em doar esse apartamento. Segundo informações de há uma ano, dadas pelo então Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, o empreiteiro teria falido, mantendo a mesma vontade de doar o imóvel, que agora se encontra à venda. Com o fim de afastar quaisquer dúvidas, a Câmara Municipal tem, teve ou pretende ter algum interesse neste apartamento. Em algum momento houve deteção por parte dos serviços camarários de alguma irregularidade quanto a este empreendimento suscetível de questionar a generosidade do proprietário? De alguma forma a Câmara Municipal de Caminha prejudicou a tentativa de doação deste apartamento? A bem do esclarecimento e da transparência queira prestar a esta assembleia o seu conhecimento sobre o assunto. Acrescentamos também um pedido de informação verbal sobre o que de facto é pertença do município no bairro dos pescadores em Vila Praia de Âncora, percebendo-se o alcance do domínio público e privado na área.



## Assembleia Municipal de Caminha

O Cine-Teatro dos Bombeiros Voluntário de Vila Praia de Âncora é outra preocupação que gostaríamos de ver referida, no quadro das intenções, pelo executivo camarário. Há aqui uma aliança de interesses que pode eventualmente orientar algumas decisões. Vila Praia de Âncora não tem outra sala com a dimensão e a dignidade que esta casa poderá oferecer e, por outro lado, os princípios estatutários e a vocação desta associação humanitária concorrem para o serviço e entrega à comunidade. Apelamos em particular ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, a quem a cultura e a arte lhe são caros, e em quem gostaríamos de depositar confiança no encontro de soluções consensuais que levassem a Vila Praia de Âncora a dinâmica cultural de outros tempos.

Queremos ainda questionar V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente da Câmara, quanto à tomada de consciência da Câmara Municipal relativamente à área total de monte ardido no último verão no concelho e saber que estratégia de reflorestação está prevista, no quadro das posses e dos diferentes domínios de intervenção. É que o concelho não pode privar-se do elemento paisagem, que potencia outras vertentes da vida económica local. No quadro da prevenção também se espera alguma informação, sobretudo concorrente para o estímulo e estreitamento das relações entre autarquias locais, associações de baldios e outras formas de organização coletiva.

Terminamos reconhecendo a disponibilidade de espaço cedido à CDU para um maior e melhor contacto com as populações. Trata-se de uma atitude democrática que saudamos, que ecoa na amplitude assumida nas comemorações do 25 de abril último e que tudo faremos para rentabilizar da melhor forma, estando já em estudo a dinâmica que queremos imprimir. Mas é também neste contacto com as populações que muitas dúvidas surgem e para as quais urgem respostas. E o preço da água, sobretudo o custo associado ao facto de se acumularem meses sem leitura está a ser entendido como uma forma de tornar a fatura ainda maior fruto dos escalões aplicados. Urge um esclarecimento e, caso efetivamente exista um acréscimo no custo fruto da não





Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

leitura, proceda-se corrigindo o erro, não esquecendo que a boa vontade do consumidor não deve suplantar o trabalho do funcionário, sob pena de o substituir.”

O **Senhor Deputado José Lima** cumprimentou os presentes e felicitou o Senhor Presidente pela forma como os trabalhos estavam a ser conduzidos, depois da “turbulência” da última Assembleia Municipal, onde não tinham faltado “rangers” e “paraquedistas”. Mencionou que também tinha gozado do mesmo estatuto que o Senhor Deputado Rui Lages, como o Presidente de Junta mais jovem da bancada do PSD. Por fim perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se a estrada que ligava Venade a Vilarelho ia ser reaberta, pois estava cortada há muito tempo, no entanto considerava que não havia motivo aparente para isso, já que o aqueduto lá existente era pequeno.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que, para benefício dos Senhores Deputados, o Senhor Vice-Presidente ia responder as questões colocadas.

O **Senhor Vice-Presidente Guilherme Lagido** informou que os dois requerimentos apresentados ao Senhor Presidente da Assembleia iam ser respondidos no devido tempo.

Em relação ao PIP do Continente, disse que o pedido estava na fase final de apreciação técnica; referiu que tinha tido um percurso algo sinuoso, porque estava cartografada uma linha de água cujo destino não se sabia exatamente e que se tinha concluído que a linha tinha sido desviada noutros tempos, o que tinha implicado troca de correspondência com a entidade responsável pela gestão dos recursos hídricos. Confirmou que havia um parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, administração dos recursos hídricos do norte. Esclareceu que estavam em fase final, porque implicava alguma reflexão e eram assuntos sérios que tinham de ser devidamente equacionados nesta fase do processo. Quanto à questão sobre se os terrenos tinham sido



## Assembleia Municipal de Caminha

adquiridos, disse que só questionando o promotor se os tinha adquirido ou não, porque não era condição necessária para um PIP fazer prova da posse dos terrenos.

Relativamente à questão sobre a Gelfa, referiu que esta era gerida pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e que tinha tido duas reuniões com a Direção Geral do Norte do ICNF no sentido de pressionar para que se fizesse uma gestão conveniente da mata nacional da Gelfa, que tinha cerca de 50 hectares. Disse que a questão das lagoas não era nova, já no anterior executivo tinha havido diligências junto do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural no sentido de constituir umas lagoas que servissem de sumidouro de parte das águas consideradas limpas da ETAR. Informou que iam verificar a questão, porque não lhe parecia que a mata nacional da Gelfa servisse de sumidouro, pois, para além do perigo que tinham referido, havia o perigo ambiental gravíssimo que não podiam aceitar. Em relação à questão sobre a área ardida, disse que esta estava cartografada, no entanto não conseguia dizer com rigor a área, apesar de ser muito considerável. Disse que tinha de haver uma preocupação em intervir nessa área ardida, até porque muita dessa área já tinha ardido mais do que uma vez e portanto tinha uma capacidade de regeneração baixíssima; no entanto, também era uma área em que existia uma componente muito forte de propriedade privada de pequenas dimensões e cuja intervenção tinha de ser alargada, para se fazer uma gestão para uma intervenção conjunta. Disse que o próprio levantamento tinha sido extremamente difícil, portanto era uma questão preocupante que tinha de envolver a Associação Florestal do Vale do Minho e os presidentes de junta e conselhos diretivos.

Disse que a próxima época o preocupava, porque o inverno tinha sido uma época de forte pluviosidade e iam existir temperaturas elevadas, com forte humidade do solo, o que ia potenciar ainda mais o risco de incêndio, por isso tinham estado muito atentos; tinham tido várias reuniões de preparação para a próxima época; tinham realizado várias iniciativas de silvicultura preventiva,





## Assembleia Municipal de Caminha

nomeadamente melhorando acessos; tinham criando corta-fogos nas zonas que ainda não tinham ardido; iam intervir na rede viária na área de Venade e Argela, que era uma zona de alto risco e tinha ardido recorrentemente; tinham tido uma reunião com o Senhor Ministro, todos os comandantes de bombeiros, proteção civil, presidentes de Câmara do Alto Minho, em que tinham sido equacionadas as medidas preventivas para a próxima época; referiu que a CIN do Alto Minho estava preocupada com o equipamento de bombeiros, equipamentos de proteção individual, e que, por isso, ia haver um projeto de equipamento para os bombeiros. Disse que, ao nível do município, estavam preocupados com a saúde financeira dos bombeiros e por isso tinham aprovado em Reunião de Câmara um protocolo que iam celebrar brevemente com os bombeiros. Disse que preocupava-o mais a questão da florestação, porque não tinha a premência da outra componente.

Relativamente à questão da Duna dos Caldeirões e intervenção na marginal de Moledo, disse que estavam efetivamente acordados dois tipos de intervenção: uma de maior urgência, no sentido de repor a situação de partida; referiu que isto já tinha acontecido antes e que o que também se pretendia era tentar estabilizar a margem esquerda junto ao campo do Âncora-Praia, para requalificar a duna. Mencionou que era uma intervenção que parecia muito simples, mas não o era, pois implicava mobilizar um volume de areia muito considerável, para além dos custos que implicavam os procedimentos. Referiu que, a propósito de uma observação que tinha sido feita, não sabia do que se estava a falar quando referiam “empreiteiros amigos”. Disse que a POLIS Litoral Norte, como qualquer outra entidade, tinha de se sujeitar aos procedimentos, para que se cumprissem as regras da contratação pública para os limites a que estavam vinculados. Disse que a intervenção teria início quando se tivessem cumprido todas as fases por que estes processos tinham de passar e prazos que tinham de decorrer para que se pudesse passar às fases seguintes. Disse que, quanto ao perigo de saúde pública referido, disse que este existia particularmente quando as temperaturas médias



Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

ultrapassassem os 20 °C. Informou que, segundo a indicação da POLIS Litoral Norte, a intervenção em Vila Praia de Âncora podia ter início a 12 de maio e em Moledo a 13 de maio.

Voltou a referir que nesta fase não havia nenhuma intervenção de fundo, a não ser repor a situação de partida, sendo que, provavelmente haveria uma intervenção na duna no fim do verão. Referiu que era reticente relativamente a essa intervenção, porque, em primeiro lugar, considerava que tinha de ser pensada; em segundo lugar, não havia uma opinião unanime, sendo que era necessário recolher a opinião de vários técnicos; em terceiro lugar, porque considerava que a natureza também fazia parte do trabalho que os seres humanos não conseguiam fazer, sendo que sabiam que havia uma capacidade de reposição dunar maior do a que se pensa à primeira vista e também tinha dúvidas quanto à eficácia de uma intervenção que se limitasse a repor areias no sítio. Disse que, resumindo, ia ser feita a intervenção mais urgente, segundo indicações, no dia 12 de maio em Vila Praia de Âncora e no dia 13 de maio em Moledo. Disse que estavam a acompanhar a questão de perto, porque o risco era cada vez maior; disse que os procedimentos iam ser cumpridos e iam ser prudentes quanto ao tipo de intervenção que iam realizar.

O **Senhor Presidente** informou que cada grupo municipal, se assim o entendesse, tinha 13 minutos para réplica política.

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa** disse que o direito de réplica que ia fazer não era dirigido ao Senhor Vice-Presidente, tendo realçado a capacidade de síntese do mesmo e dado os parabéns por ter conseguido responder às questões apresentadas forma racional e eficaz. Disse que, quando exerciam um cargo, confrontavam-se com surpresas, situações imprevistas e tinham de tomar decisões muitas vezes em *timings* diferentes dos que gostariam, sendo que isto era interpretado pelas oposições como falta de competência. Disse que considerava o registo da intervenção sobre os 40 anos da democracia





Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

muito pouco democrático, acrescentando que também não considerava simpático discriminar autarcas que tinham sido eleitos dentro do próprio partido. Referiu que essa falta de democracia e elegância era uma responsabilidade política do Senhor Deputado e que nunca o teriam feito no PSD. Disse que tinha tido muito orgulho em exercer o cargo de Presidente de Câmara durante doze anos e a função de deputada municipal, sobretudo pelas pessoas que tinham acreditado em si e a tinham elegido. Disse que não era porque alguém sistematicamente insistia em falar da alegada incompetência do anterior executivo, da alegada Câmara falida ou da alegada má gestão que iam conseguir convencer as pessoas que os tinham elegido do que tinha referido na intervenção. Reiterou que tinha sido proferida uma série de expressões gratuitas e demagógicas que facilmente se desmontavam. Disse que não entendia como conseguiam medir um 25 de abril com um ar mais ou menos festivo, só se fosse através da comparação de fotografias. Disse que não havia dúvida de que a satisfação das pessoas de Vila Praia de Âncora se media de quatro em quatro anos, quando exerciam o seu poder de voto e que considerava que o PS tinha, uma vez por todas, de assumir que já não estava em campanha eleitoral e que tinha ganho as eleições no concelho. Por fim disse que o que estavam a fazer como deputados era exercer as funções para as quais tinham sido eleitos.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** também agradeceu a forma objetiva como o Senhor Vice-Presidente tinha respondido às questões e perguntou se as questões apresentadas pela CDU, em particular sobre as posses efetivas do município, não tinham sido respondidas porque não tinham conhecimento naquele momento e respondiam mais tarde ou se tinha sido um lapso.



## Assembleia Municipal de Caminha

### a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

Não há mais questões acerca deste ponto.

O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O **Senhor Presidente da Câmara** prescindiu da palavra.

### b) Aprovação da ata da sessão de 28 de fevereiro 2014

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, em relação à página número 4 da ata, no 1.º período de intervenção do público, quando diz “Quando a **Senhora Alice Grais** ia iniciar a sua intervenção, foi interrompida pelo **Senhor Deputado Rui Taxa**, que fez interpelação à Mesa”, esclareceu a Assembleia que tinha tido o cuidado de não interromper nem o Senhor Presidente da Assembleia nem a Senhora Alice Grais; esclareceu que tinha esperado que o Senhor Presidente acabasse de falar e tinha pedido à Mesa para intervir antes de a Senhora Alice Grais iniciar a sua intervenção e, por isso, tinha interrompido o Período de Intervenção do Público e não a intervenção da Senhora Alice Grais.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 28 votos a favor, 0 votos contra e 7 abstenções.





*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** declarou, em nome de todos os que se tinham absterido, que o tinham feito por não terem estado presentes na última sessão da Assembleia Municipal.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** fez interpolação à Mesa e disse que as minutas, em princípio, deviam ser lidas; não sendo lidas, o Senhor Presidente da Mesa devia pedir autorização de dispensa de leitura das mesmas. Disse que só assim se compreendia que o Senhor Presidente não lesse a minuta e a colocasse para votação, uma vez que em todas as atas referia-se “após a leitura da minuta”.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### c) Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2013

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de abril de dois mil e catorze, relativa ao “**Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2013**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea I) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar o “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2013”.



## Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves** saudou os presentes e apresentou a seguinte declaração de protesto:

“Fazem parte das Competências da Assembleia Municipal, conferidas pela lei 75/2013, de 12 de setembro, artigo n.º 25, n.º 2 L), conjugado com o art. 27º n.º 2), apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar os documentos de prestação de contas, os mesmos devem ser na sessão ordinária de abril.

Relativamente ao ponto c) da ordem do dia – Documentos de Prestações de Contas do Exercício 2013, como membro da Assembleia Municipal de Caminha, apresento um protesto escrito, pelo facto de não ter sido entregue a esta Assembleia o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, documento fundamental e obrigatório para apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas.

Não obstante este facto ter sido já alertado em Reunião de Câmara pelos Senhores Vereadores e referido como sendo anexo, no ponto 8.2.8 – mapa geral dos bens – ficheiro em formato digital, a verdade é que, sendo obrigatório, não nos foi remetido.

Não bastaria esta, infelizmente, outras irregularidades graves se detetam e me levam facilmente a perceber porque é que não nos foi enviado o referido documento.

Não foi enviado, porque V. Ex.<sup>as</sup> procederam a uma alteração/contabilização na contabilidade patrimonial sem que isso tivessem feito corresponder a competente alteração à contabilidade orçamental.

**V. Ex.<sup>as</sup> fizeram um lançamento contabilístico de 5 milhões de euros da conta de fornecedores de imobilizado sem:**

- Terem alterado o PPI (na pág. 75 das contas execução PPI consta 3.453.951 euros quando deveria ser 3.453.951 + 5.065.981,42 euros das piscinas municipais = 8.519.932,42 euros);
- Sem terem feito a respetiva revisão orçamental;
- Sem a terem submetido a Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal;





*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

- Sem terem feito **reconciliação de saldos** com a Caminhaequi, como decorre da lei;
- Sem existir um parecer do Tribunal de Contas e DGAL, anexo às contas para sustentação;
- V. Ex.<sup>as</sup> decidiram lançar uma dívida de 5 milhões na conta de fornecedores de imobilizado de um equipamento que é património da Caminhaequi, contrariando as orientações emanadas pelas Guidelines do Tribunal de Contas para Parcerias Público-Privadas, que determina e passo a citar:

«O Estado realiza pagamentos regulares por serviços resultantes dos activos construídos e explorados por sociedades privadas, assumindo, no entanto, estas, os riscos e benefícios relacionados com a propriedade dos activos. Os pagamentos feitos pelo Estado, neste caso, afectam o défice orçamental, mas o valor do investimento realizado é registado no património da empresa privada, assim como o seu financiamento, não afectando, assim, a dívida pública.

Um exemplo clássico desta situação é o que se passa com as locações operacionais e a maioria dos contratos de parceria público-privadas.”

Facilmente se percebe que a Caminhaequi é responsável pelas obras de conservação ordinárias e extraordinárias e detentora de 51% da sociedade, ficando claro que os riscos e benefícios relacionados com a propriedade dos ativos são suportados pela Caminhaequi e que estamos inequivocamente perante uma locação operacional.

Ora, considerando que V. Ex.<sup>as</sup> não especificam qualquer correção à despesa corrente do pagamento das rendas, nem locação financeira lhe podemos chamar, resultado daqui, uma salganhada assustadora, pelas ilegalidades sucessivas que comporta.

Mais grave!

Unicamente com o objetivo de construir e empolar um Resultado Líquido do Exercício negativo, para das duas uma:

- ou forcem o encerramento das piscinas com a desculpa do prejuízo;



A P S.

## Assembleia Municipal de Caminha

- ou para daqui a uns meses, silenciosamente e com a mesma incompreensível «leviandade contabilística», procederem ao lançamento inverso para anular estas ilegalidades e fazerem surgir um resultado positivo, capitalizando politicamente com estas manobras o alegado mérito de endireitar umas contas que já estão e sempre estiveram corretas e corretas!

Hão de V. Ex.<sup>as</sup> compreender que, se o vosso objetivo político vos permite cometer tais ilegalidades, eu, para além das responsabilidades como Deputada Municipal, como Técnica Oficial de Contas, responsável por um serviço de Contabilidade de uma Instituição Pública, não posso, deontologicamente, nem em nome de qualquer objetivo político, compactuar com tamanhas ilegalidades, impondo-se-me que não só não participe nesta votação, como denunciar a prática destas ilegalidades às instituições competentes.”

Em seguida apresentou o seguinte requerimento ao Senhor Presidente da Assembleia:

“Ao abrigo da lei 75/2013, de 12 de setembro, artigo n.º24 e alíneas b) e c) do artigo 54º do Regimento, Lilita Maria Esteves Gonçalves, membro da Assembleia Municipal de Caminha, na sequência da análise dos documentos de prestações de contas do exercício de 2013, vem respeitosamente requerer que V. Ex.<sup>a</sup> solicite os seguintes documentos ao órgão executivo deste município:

- Cópia da deliberação / Informação que sustentou a decisão de alteração de contabilização do contrato de concessão das Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora, de Leasing Operacional para Leasing Financeiro;
- Cópia dos pareceres das entidades competentes, Tribunal de Contas e DGAL, que sustentam a inscrição do valor de 5.065.981,42 euros, na conta 26151;
- Cópia da reconciliação de saldos com a sociedade parceria – Caminhaequi;
- Cópia dos documentos onde constem as regularizações que foram efetuadas para anular o custo com as rendas mensais referente ao contrato de leasing operacional, lançadas na contabilidade do município;





*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

- Cópia do documento onde conste o valor lançado e anos de referência relativo às amortizações do edifício Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora.”

O **Senhor Deputado Rui Ramalhosa** cumprimentou os presentes e leu:

“Sendo esta a minha primeira intervenção nesta Assembleia Municipal como Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, quero dar as minhas felicitações pela eleição, aos Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipais, bem como a todos os eleitos pela população deste nosso concelho de Caminha.

Quer como deputado municipal, quer como cidadão deste nosso lindo concelho, desde há vários anos que vínhamos alertando para a deficitária e clamorosa situação económica e financeira da Câmara Municipal de que V. Ex.<sup>a</sup> é Presidente, dizendo mesmo que está hipotecada por mais 20 anos.

É um trabalho árduo, mas espero que seja profícuo, conseguir equilibrar as contas do município que preside, porque só assim é que nós, os nossos filhos e os nossos netos poderão dizer que Caminha é um município que, para além de bonito, **também é bom para viver e não se deve sair dele.**

Para começar, iniciaram por informar, através desta apresentação de contas do ano de 2013, qual a situação verdadeira, quer das receitas, quer das despesas, não deitando mão a subterfúgios para ocultar a verdadeira situação de défice constante.

É com contas verdadeiras que os munícipes do concelho de Caminha e, principalmente, os cidadãos da freguesia de Seixas devem viver no seu dia-a-dia para conseguir fazer progredir e embelezar a sua freguesia.

No mesmo sentido das contas apresentadas até este ano, o executivo PSD, na sua campanha eleitoral, quis fazer acreditar à população de Seixas que, no último mandato de quatro anos, tinha entregue, por delegação, aos autarcas de Seixas 800.000 euros e a obra não apareceu feita. Mais um engano que nos quiseram fazer acreditar, quando, podem verificar como gostavam de iludir a



df  
E.

## Assembleia Municipal de Caminha

população, nos últimos anos, para exemplificar com as contas reais: em 2013 foram concedidos 15.259 euros (por ser ano de eleições), porque em 2010 foram concedidos 605 euros de transferências de capital, em 2011 foram concedidos 2500 euros e em 2012 só concederam 871,91 euros de transferência de capital.

Nos últimos quatro anos, meus senhores, foi entregue a Seixas a irrisória quantia de 19.235,97 euros para fazer e melhorar caminhos, ruas, estradas, água e saneamento.

Com a prestação de contas deste passado ano de 2013 começamos a apresentar valores reais que agora nos foram apresentados.

Parabéns, Senhor Presidente! Excelente trabalho! É com verdade que os números apresentam, mesmo que fria e cruel, que temos que viver.

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, venho aqui pedir que, no seguimento da procura da verdade, também traga verdade na distribuição dos valores que a Câmara Municipal recebe da distribuição do IMI e transferências do Estado, tendo em conta que Seixas é a segunda maior freguesia do concelho, quer em população, quer em habitações e queremos continua a melhorar as suas infraestruturas.

Seixas merece mais e melhor.

Tem, na Junta de Freguesia de Seixas e na sua população, todo o apoio para seguir a senda dos números verdadeiros e na sua distribuição, também verdadeira.

Temos uma expectativa positiva quanto ao futuro deste concelho, cheio de paisagens maravilhosas, mas que também tem que ser um concelho que traga empresas que criem riqueza e postos de trabalho para os nossos filhos e netos se manterem a viver neste nosso lindo concelho e não tenham que emigrar como já foi feito há mais de cinquenta anos e tem acontecido nestes últimos três anos.

Estou ao inteiro dispor do Senhor Presidente e desta Câmara Municipal para o ajudar a levar este concelho a ter o lugar que merece.”





## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** saudou os presentes e leu:

“Um documento de prestação de contas e todo o processo que antecede a sua discussão e aprovação, revestem, para um executivo, seja ele qual for, a validação do seu modelo de ação e o reconhecimento da entrega à causa pública. Torna-se um elemento de maior expressão do trabalho autárquico, porque em contraponto com o orçamento, já não estamos no domínio das previsões mas sim na constatação de factos, percebendo-se até que ponto se estimou erradamente, se executou com racionalidade e objetividade, se praticou, afinal, o esperado. Ora este exercício de 2013 parece envolto numa rede de fundo, chumbada, que teimosamente não emerge. E não o faz porque os números semeados não colhem os frutos esperados. Na verdade, e seguindo a lógica do próprio documento, ao nível das receitas apenas as de capital aumentaram, devido ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) visando o pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, e que permitiu sair, só em 2013, da lista dos municípios com atraso nos pagamentos superiores ao mesmo período. Nas restantes receitas houve uma diminuição, cifrando-se a taxa de execução nos 74,6%, evidenciando a previsão excessiva. Na despesa, uma execução superior a 71%, a maior dos últimos 3 anos, estando o aumento das despesas correntes associado ao início do pagamento da dívida à Águas do Minho e Lima/Águas do Noroeste; isto graças a uma ação política errada, que adiou e acumulou o valor em dívida e que em nada favoreceu quer o município, quer a Câmara Municipal em particular. Não deixa de ser também um dado de relevo que as despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços sejam responsáveis por 90,37% das despesas correntes, ao que não será alheia a superação em 4,7% dos limites legais em pessoal, forçando a uma herança pesada e difícil. O investimento com uma diminuição contínua desde 2010 e um grau de execução do PPI na casa dos 50% prova também que, como sempre defendemos, somos um concelho à deriva, com uma falta de estratégia gritante, afirmando o desgaste de 12 anos



## Assembleia Municipal de Caminha

de exercício. Porque embora se perceba que é sempre melhor existirem projetos inscritos no plano, porque em condições de financiamento poderão ser executados, a verdade é que temos desde sempre assistido a projetos fragmentados, com pouca visão de rentabilidade futura, quer próprios, quer de estímulo à economia.

Em 2013 a diferença entre a receita e a despesa foi coberta pelo saldo de gerência anterior, segundo o presente documento, mas também ele eventualmente incapaz de se mostrar consolidado. Com uma receita de 19 milhões de euros foram assumidos compromissos superiores a 25 milhões de euros, estranhando-se que tal possa ter acontecido, em particular porque as receitas previstas eram inferiores a esses 25 milhões de euros.

É também politicamente demasiado preocupante o aumento de custos colados ao ciclo eleitoral. Custos com pessoal, com animação, com outros fornecimentos e serviços. É de esperar uma explicação cabal nesta assembleia por parte do executivo e por todos aqueles que possam clarificar se tal se deveu ou não a uma decisão política eleitoral. Esta possibilidade está inscrita neste documento e a verdade deve ser assumida. É que já não se trata apenas de seriedade, mas de credibilidade nos eleitos e de valorização do cidadão que vê defraudada a sua capacidade de exercício democrático. É nesta assembleia, enquanto órgão fiscalizador do município, que devem ser prestados os esclarecimentos necessários à límpida imagem a que os munícipes do conselho de Caminha, dos vales do Âncora e Coura-Minho têm direito.

Mas as dúvidas que agora se levantam, os receios e os pensamentos que pairam no ar carregam também o aspeto positivo de redobrar a nossa atenção para o novo percurso político da Câmara iniciado no ano anterior e perceber a lógica da sua atuação e a gestão de todo o ciclo eleitoral.

O projeto "Semear para colher" e os "incentivos à adoção e à natalidade" significaram transferências para as famílias de um valor próximo dos 200 mil euros, apenas cerca de 10% das perdas em resultados operacionais. De todas





## Assembleia Municipal de Caminha

as perdas porventura estas não serão as de maior monta, mas nos últimos tempos traduzem, na comunicação social, o espelho de um exercício dúbio. Pena é que envolva as famílias e os munícipes em geral. Pena é que as famílias e os munícipes sejam arrastados para uma suspeição, quando na verdade apenas se trata de uma má aplicação de uma medida em concreto e que não é, nem de longe nem de perto, a que mais compromete o município no futuro, em particular no longo prazo. Mas tal não esquece a dúvida democrática se a ela juntarmos o ciclo eleitoral.

Em suma, um resultado líquido negativo próximo do milhão de euros, com altas taxas de execução na despesa e reduzidas taxas na receita, são tudo aquilo que nós, CDU, não quereríamos ver. Não queríamos ver agora, como também já não o apreciámos no passado e o alerta que aqui deixamos é para o futuro. Com a impossibilidade de em 2014 recorrer a saldos de 2013, com a possibilidade de existência de dívida contraída em 2013 a cobrar em 2014, traduzindo compromissos reais que poderão comprometer o exercício de 2014, com o esgotar de receitas extraordinárias, com a acumulação dos encargos assumidos no passado e o receio dos que venham a ser assumidos a partir deste ano, logicamente tememos o futuro. No entanto, se por outro lado, a fazer fé nos documentos entregues, que nos merecem a maior credibilidade, o município caiu no fundo do buraco de cavou ao longo dos anos, a verdade é que só existe uma saída, e essa está acima, no topo desse mesmo buraco cavado; aprendamos agora a subir sem corda ou escada, sem a mão amiga.

Finalmente há algo que se torna importante referir. E torna-se importante referir, sobretudo, pelo clima e informação difusa que prolifera sempre nos tumultos políticos que se aliam a atos eleitorais que derrubam poderes vigentes. Na verdade não existe a Câmara do A ou a Câmara do B. A Câmara Municipal é um órgão do município, tal como a Assembleia Municipal. Quando numa Câmara Municipal há uma mudança de governação, o que em Caminha tem correspondido, a nosso ver erradamente, apenas ao PS e ao PSD, não se fecham as contas com a mesma facilidade com que se encerram ciclos



## Assembleia Municipal de Caminha

políticos. É que os compromissos assumidos, e muitas vezes legitimados nesta mesma Assembleia, são superiores à prevalência de uma qualquer força na condução do concelho. Veja-se o caso paradigmático das Piscinas de Vila Praia de Âncora, legitimadas nesta assembleia e que nos compromete incondicionalmente para o futuro, ou a venda da participação nas eólicas, no tempo completamente desnecessário, e também validado nesta assembleia, e que corresponde a uma fonte de receita que se perdeu para sempre.

São estes os exemplos que devem marcar as decisões já este ano. É para que não tenhamos que esgrimir argumentos falaciosos, cujo sumo não devolve provisão aos cofres do município, é para não vermos documentos de prestações de contas como este, que nas palavras do executivo é de transparência e verdade, mas que aos olhos da realidade não é mais que um fardo com o que teremos que viver, porque essa transparência, essa verdade não faz do menos mais, nem mais ou menos parece ser o que não é na verdade. Hoje registamos aqui a expressão numérica de um mau momento na governação do concelho de Caminha.”

**O Senhor Deputado Pedro Ramalhosa** cumprimentou os presentes e leu:

“Sobre este ponto da ordem do dia, de prestação de contas, vou fazer um pouco de exercício e retratar-me ao ano 2009, aquando da minha primeira intervenção nesta Assembleia.

Nesse ano existia já um passivo a atingir os 50% do ativo líquido, o qual me obrigou a alertar o executivo camarário de então do problema que isso poderia acarretar para o nosso futuro. Pois bem, esse alerta caiu em ouvidos moucos e, apesar de nos anos vindouros continuar constantemente com este alerta, e a prova está aqui neste documento, quando passados quatro anos e um mandato completo, em vez de se cuidar da ferida, ainda se meteu mais o dedo e o resultado é este legado financeiro negro que nos deixam nas mãos, com um passivo que já tingiu os 75% dos ativos líquidos.





Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

Em modo de alerta fica também aqui expresso que o valor desse passivo é de nada menos que 38 milhões de euros, nada menos que o dobro das receitas anuais do município; o concelho teria de trabalhar dois anos sem qualquer despesa para cobrir esse passivo. E mais, desses 38 milhões, só nestes últimos 4 anos, o aumento foi de 15 milhões de euros.

Isto leva-nos a um problema recorrente nos últimos tempos, a **despesa excessiva**, inclusive pecaminosa, sendo que a despesa corrente supera a receita em 2,5 milhões de euros; não admira por isso que só neste último mandato, e mesmo com todos os malabarismos, as manobras e os engenhos contabilísticos, através das contas extraordinárias sem explicação, tenham um resultado de gestão negativo em 1,7 milhões de euros, de todo o mandato e não apenas deste ano.

Como o executivo anterior gosta tanto de comparações fica aqui ainda uma pequena, mas importante comparação: quando entraram em 2001, as receitas superavam as despesas em 2,5 milhões e hoje há um prejuízo de 2 milhões de euros.

Isto tudo leva a que não exista investimento, como se tem verificado de forma persistente nos últimos anos com uma taxa de execução do PPI a rondar uns míseros 50%.

Vou aqui citar o final da minha primeira intervenção nesta Assembleia em 2009, porque, apesar de terem passado quatro anos e, como se costuma dizer, Caminha parou no tempo, e verificarão que esta citação se vai adequar perfeitamente ao estado do concelho

Cito.

«Após esta análise, seguramente a mesma preocupação já foi apresentada internamente pelos serviços camarários. Está a pensar remodelar o plano de desenvolvimento e investimento concelhio? Ou continuará, apenas, a embelezar o concelho, sem frutos e a perder a cada ano mais capital e fonte de receita? Ou, ainda, planeará uma estratégia mais direta, de ataque a este



## Assembleia Municipal de Caminha

problema de falta de investimento privado e de motivação comercial e industrial verificado no nosso concelho?»

Mas não responda, Senhor Presidente, não faz falta, fico contente pela liberdade conquistada, pela abertura camarária à oposição e principalmente à população, porque, durante estes seis meses, a sua liderança tem demonstrado um novo caminho, um novo rumo, um novo trilho positivo. Já demonstrou que não embeleza, soluciona os problemas dos arruamentos e largos das nossas freguesias. Já demonstrou que Caminha tem capacidade de atrair investimento privado externo.

Senhor Presidente, já demonstrou com a sua persistência, vontade e capacidade de trabalho que também o investimento industrial será uma realidade muito em breve.

Senhor Presidente e Senhores Vereadores, continuem por esse caminho que têm seguido durante estes seis meses, porque essa é a senda que trará o futuro próspero e o progresso a Caminha.

Não poderia ainda deixar de «louvar» o executivo anterior, que, apesar de ter estornado cerca de um milhão de euros em faturas devolvidas, principalmente a pequenas empresas do concelho e vizinhos, trabalhou afincadamente até ao último dia de mandato, tendo todos e cada um dos vereadores, bem como chefe de secção e chefe da equipa multidisciplinar gasto nesse mesmo dia, 18 de outubro, cada um deles entre 200 e 250 euros por movimento dos fundos de maneo camarário.”

O **Senhor Presidente da Câmara** saudou os presentes e felicitou o modo como a sessão estava a decorrer naquele espaço, onde podiam debater as suas ideias com a presença de muitos cidadãos, que dignificavam a Assembleia, e também daqueles que acompanhavam estes trabalhos através da Internet. Referiu que, apesar de ser tarde, era um momento de democracia, de debate, de análise e reflexão para o futuro.





## Assembleia Municipal de Caminha

Agradeceu aos serviços da Câmara Municipal, sobretudo aos serviços financeiros, porque tinham sido eles em primeira medida que se tinham empenhado na realização deste trabalho, que tinha levado a que pudessem apresentar em Assembleia, como tinham apresentado em Reunião de Câmara, as contas relativas a 2013. Disse que estavam a debater as contas da autarquia do ano anterior, num exercício realizado sobretudo pelo anterior executivo, o que causava uma certa “dualidade de sentimentos”. Disse que estavam a fazer o que deviam, ou seja, pegar nos conhecimentos dos técnicos, arrumar as contas de acordo com a lei e apresenta-las a debate. Agradeceu o trabalho dos serviços da área financeira, nas pessoas da Dra. Sandra Ferreira, do Dr. João Ferreira e da Dra. Carina Aldeia, e do Senhor Vereador Rui Teixeira, que tinha acompanhado o processo. Disse que este executivo tinha dado instruções claras para que a análise das contas de 2013 retratasse a verdadeira situação financeira da Câmara, pois era a partir destes dados que podiam tomar decisões para o futuro, ou seja, perceber se tinham capacidade de resposta para determinado tipo de investimentos e para aguentar determinado tipo de serviços ou se tinham de cortar nas despesas.

Disse que era necessário esclarecer algumas matérias, porque havia uma série de divergências relativamente aos sinais que tinham sido dados pelo município e o que realmente tinha passado sobre a situação financeira da Câmara. Disse que se tinha falado de uma situação financeira “folgada”, de exceção, “um verdadeiro oásis no contexto nacional”, no entanto, tinham tido dificuldades em perceber a situação, uma vez que, simultaneamente, tinham tido de recorrer ao PAEL, um programa governamental para autarquias com dificuldade em pagar aos seus fornecedores, e o facto de a Câmara não poder contrair qualquer tipo de empréstimo que não conseguisse pagar a curto-prazo, ou seja, até final do ano civil em exercício. Referiu que tinham também o abandono do investimento, sendo que vários projetos tinham caído; disse que já com o novo executivo se tinham debatido sobre o projeto da Biblioteca Municipal de Caminha, que tinha caído por incapacidade que o município tinha assumido de



## Assembleia Municipal de Caminha

cumprir a sua parte neste investimento. Referiu que tinham também sinais mais recentes, como a anulação de compromissos no valor de um milhão de euros no dia anterior à tomada de posse deste executivo. Concluiu que estes eram sinais claros de que havia algumas dificuldades.

Disse que os serviços tinham feito as contas e apresentavam números negativos e que logo no resultado líquido do exercício, a diferença entre custos e proveitos, apresentava um número negativo de 918 mil euros e o resultado operacional também era um número negativo de 1,8 milhões de euros. Esclareceu que este número era particularmente importante porque dizia respeito ao funcionamento da própria Câmara, à resposta dada à população em termos mais concretos, o que identificava um problema grave da Câmara. Disse que, para além disso, os números permitiam sublinhar outros problemas: um aumento das despesas correntes em 32%, ou seja, 32% a mais de despesas com pessoal, bens e serviços, juros, toda uma série de vetores que pareciam não augurar nada de bom para a visão estrutural do concelho; disse que este problema da despesa era profundo, pois, em 2013, 78% da despesa total tinha sido para despesas correntes, enquanto em 2009 este valor era 69%. Relembrou que 90% destas despesas correntes (salários, publicidade, assessorias, animação, prestações sociais) eram de facto despesas correntes. Disse que as despesas de capital, obras e investimento, tinham diminuído de 2012 para 2013, e tinham vindo a diminuir, acrescentando que, desde 2010, o investimento tinha diminuído 30%.

Disse que o problema fundamental era que se a nova lei das finanças locais se aplicasse ao exercício de 2013, o município estaria em incumprimento, pois a lei obrigava a que a execução das receitas correntes fosse igual ou superior a 82%, ou seja, as receitas tinham de cobrir 82% das despesas correntes; esclareceu que, em 2013, a execução tinha sido 74%, o que significava que estavam longe de cumprir este objetivo e que tinham de fazer este trabalho durante 2014. Disse que desde 2009 que a Câmara tinha vindo a violar o princípio de equilíbrio orçamental, acrescentando que esta não era uma





*Handwritten signature in blue ink.*

## Assembleia Municipal de Caminha

matéria de opinião, pois a Câmara Municipal tinha sido notificada pelo Tribunal de Contas para prestar esclarecimentos sobre o incumprimento da lei do princípio do equilíbrio orçamental no ano de 2009.

Disse que tinham outro problema associado à despesa, que dizia respeito ao pessoal. Informou que, relativamente ao número de funcionários que estava no quadro no início de 2013, o município tinha tido a obrigação de cortar 2% desse pessoal, conforme estabelecido na lei do orçamento aprovada pelo Governo. Disse que, apesar disto, o pessoal tinha aumentado e que agora tinham de resolver o excesso de 13 funcionários no quadro. Mencionou que era devido a isto que a Câmara corria o risco de ver cortado nas suas receitas, transferidas pelo Estado, o valor de 104 mil euros, porque correspondia a 4,7% das despesas com o pessoal. Referiu que tinham 38 milhões de passivo, uma subida de 15% relativamente ao registado em 2012; uma dívida a terceiros de 19 milhões, o que correspondia a uma subida de 2 milhões relativamente a 2012; uma subida com custos de pessoal na ordem dos 1,4 milhões de euros. Disse que havia uma tese que considerava que a questão do pagamento de subsídios de Natal e férias contava para esta subida, no entanto não se lembrava de isto ter contado na argumentação do ano passado para explicar a descida da despesa. Disse que o que a Câmara Municipal tinha pagado em termos de subsídios de férias e Natal de 2013 acrescia 600 mil euros aos custos de pessoal e que para perfazer 1,4 milhões ainda faltavam muitos euros. Referiu que havia números que chocavam pela ligação íntima que tinham com o ano eleitoral e que chocavam mais se fossem ao pormenor sobre os tempos das requisições, os tempos dos pagamentos e aquilo a que tinham correspondido sobretudo aos últimos meses do exercício anterior. Disse que, em ano de eleições, num momento tão difícil para o concelho e para o país, os custos de animação tinham passado de menos de 200 mil euros para mais de 550 mil euros; tinha havido uma subida na ordem dos 283% em custos de animação; esclareceu que o conjunto de serviços de assessoria, pareceres e publicidade, entre outras despesas que tinham sido autorizadas, tinham



## Assembleia Municipal de Caminha

passado de 170 mil euros para 326 mil euros, ou seja tinham dobrado. Referiu que as transferências das juntas também tinham sido “absolutamente marcantes”, esclarecendo que não estava em causa o que as juntas tinham por seu direito, mas sim o que tinha sido feito, instrumentalizando as juntas de freguesia; disse que, em 2013, ano de eleições, as transferências para as juntas tinham aumentado 3000%, devido a dois exercícios antagónicos, ambos prejudicando as juntas, ou seja, tinham limitado as transferências no ano de 2012 e depois libertado e pagado tudo no ano de 2013, aumentando para valores “estratosféricos”. Disse que tinham ainda outras referências, ligadas às famílias, aos subsídios e às transferências, que não constavam naquele mapa, e sobre as quais não estava em causa a rubrica e o valor atribuído ao princípio do apoio às famílias, mas sim o modo como tinha sido feito este apoio e instrumentalizada esta dinâmica. Esclareceu que estava a referir-se à subida de 15 mil euros, em 2012, para 200 mil euros, em 2013, com o programa Semear para Colher e o programa de incentivo à natalidade, que tinha tido efeitos retroativos para crianças nascidas nos últimos três anos, o que correspondia a uma subida de 1200%. Disse que era por isto que falava numa herança difícil, que os obrigava a reagir.

Disse que queria dar resposta a duas questões abordadas, pois tinha-lhe sido pedido esclarecimento sobre a matéria: a questão das piscinas e a intervenção do PSD. Disse que o PSD tinha feito uma intervenção “esperta”, que tinha tudo a ver com o modo como sempre tinha olhado para estas matérias, porque não dizia nada, nem justificava o aumento da despesa e dificuldades criadas ao município e tinha decidido referir a questão das piscinas, criando a ideia de que a Câmara Municipal atual tinha influenciado “maleficamente” os seus técnicos para que tivesse havido um registo contabilístico diferente de modo a prejudicar as contas e “engordar” a negatividade, o que estava errado. Disse que não ia dizer que a Senhora Deputada que tinha feito a intervenção não conhecia o seu ofício, mas que não conhecia tudo, porque se conhecesse saberia que a alteração da contabilidade das piscinas não interferia um cêntimo no resultado.





Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

Disse que as piscinas tinham sido consideradas nesta contas como locação financeira, e não como locação operacional, tinham sido registadas fazendo uso de um “estratagema” lhe parecia razoável que era a lei. Esclareceu que a lei era muito clara e se lessem o POCAL iam perceber que a consideração de uma locação operacional dependia da criação de cinco itens e que, para ser registado como locação financeira, desses cinco itens, bastava que um deles se concretizasse, sendo que se concretizavam três. Disse que os serviços se tinham limitado a aplicar a lei, o que não tinha sido feito antes, pois tinham considerado só ano a ano a questão de cada uma das rendas e o que tinha passado a acontecer foi que o que estava em rendas tinha passado para amortizações, mas os resultados não tinham sido alterados. Disse que mesmo que se considerasse que esta avaliação era errada por parte dos serviços, e acrescentou que não o considerava, não influenciava em nada no resultado negativo, por isso a argumentação expandida não contava, pois não tinha sido feito nenhum truque.

Disse que gostava de dar uma explicação sobre outro assunto, porque curiosamente não tinha sido levantada esta matéria, apesar de o ser em reuniões de Câmara e na opinião pública. Disse que considerava que a questão tinha sido bem levantada do ponto de vista do “estratagema político” de tentar passar uma mensagem errada, mas que tinha de ser esclarecida. Disse que se estava a referir à questão das disponibilidades de 1,8 milhões que a Câmara teria herdado em contas a prazo e à ordem. Disse que era necessário que ficasse claro, para que não houvesse dúvidas nenhuma e porque parecia que queriam fazer crer que este executivo decidia não dar dinheiro a ninguém e tentava dar a entender que a situação estava má. Disse que não era assim, porque isto estava realmente mal e havia dificuldades claras. Disse que se tinha dito que existiam 1,8 milhões nas contas à ordem e a prazo nas contas da Câmara a 18 de outubro e de facto existia. Disse que, destes 1,8 milhões, 700 mil euros era valor de cauções, dinheiro que não era da Câmara, que não podia ser utilizado e que ia ter de ser devolvido, o que



## Assembleia Municipal de Caminha

passava para 1,1 milhões. Disse que, quando o executivo atual iniciou a atividade, no dia 21, uma segunda-feira, tinha sido informado que tinham de pagar salários até sexta-feira, o que pressupunha terem 330 mil euros disponíveis; esclareceu que, dos 1,8 milhões, 700 mil não podiam usar e 330 mil euros era para pagar salários, dos quais sobravam 770 mil, no entanto, o Senhor Vereador Rui Teixeira tinha-o informado de que tinham 1,4 milhões de euros em faturas a vencer no dia 31 de outubro. Questionou como era possível resolver este problema em tão pouco tempo. Disse que os números do exercício de 2013 podiam ter sido piores caso tivessem assumido compromissos nos últimos dois meses, mas não o tinham feito.

Disse que o que queriam fazer era partir destas dificuldades, perceber onde podiam apostar, sendo que eram as questões sociais que estavam em cima da mesa, o investimento na educação, tentar apostar nas freguesias, nomeadamente tentar aumentar a média das transferências correntes relativamente ao orçamentado para o ano 2012, uma subida de cerca de 30% em termos globais, e tentar apostar nas transferências de capital para que estas pudessem fazer obra e, sobretudo, tentar cativar a economia quer nos reflexos a curto-prazo, quer a longo-prazo; esclareceu que os reflexos a curto-prazo tinham a ver com a dinamização do comércio local, com a capacidade que a cultura podia ter de alavancagem da própria economia, da mobilização das pessoas no território, enquanto o investimento a médio e longo-prazo tinha a ver com o esforço e estudo relacionado com a revisão do PDM, que estava ligado às grandes apostas de atração de investimento externo e aos investimentos que iam tentar fazer e com as candidaturas já lançadas.

Por fim disse que as contas que apresentavam e que tinham de aprovar eram um retrato que devia servir para enfrentarem o futuro e planearem o que queriam, ou seja, um concelho mais desenvolvido, moderno, coeso e solidário.

**A Senhora Deputada Lilita Gonçalves** solicitou intervir em defesa da honra.





## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Lages** fez interpelação à Mesa e disse que a Senhora Deputada em nada tinha sido ofendida na sua honra e consideração pessoais, por isso não entendia por que razão solicitava intervir em defesa da honra, acrescentando que não podiam compactuar com isto.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** fez interpelação à Mesa e disse que a Senhora Deputada tinha o direito de pedir a defesa da sua honra e do seu bom nome pessoal, pois estava consignado no Regimento.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves** retomou a palavra em defesa da honra. Esclareceu que não se tratava de uma defesa da honra pessoal, mas sim profissional. Disse que se tinha sentido ofendida e que não era a primeira vez que isso acontecia. Disse que não ia discutir lançamentos contabilísticos com o Senhor Presidente da Câmara, reiterou o teor da sua intervenção e disse que não ia admitir que pusesse em causa o seu profissionalismo.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 9 votos contra e 0 abstenções, tendo-se ausentado da sala a Senhora Deputada Lilita Gonçalves.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** leu a seguinte declaração de voto:

“Dado tratar-se das contas de 2013, cujos primeiros 10 meses são da responsabilidade do executivo liderado pelo PSD na Câmara Municipal de Caminha, tudo levaria a crer que a bancada do PSD apreciaria favoravelmente a prestação de contas do exercício de 2013.

Infelizmente não o poderemos fazer, iremos votar desfavoravelmente a este documento, pelas seguintes razões:



*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

- Como poderemos compreender que, na página 75 do Plano Plurianual de Investimento, se refira a uma execução do investimento em 2013 na ordem dos 3,45 milhões de euros (muito aproximada à conseguida em 2012, que foi de 3,5 milhões), quando, na página 92, na conta 42, consta com um aumento de património na ordem dos 7.863.680,33 euros;
- Esta contradição instável resulta do lançamento contabilístico de cerca de 5 milhões de euros, sem qualquer sustentabilidade contabilística orçamental que o justifique;
- Como não existe relatório de gestão, nem ficheiro do Património, anexo às contas, a única explicação consta do Ponto 3.1 da análise Patrimonial – Balanço, que só refere, e passo a citar, “aumento de cerca de 5 milhões de euros, da conta de fornecedores de imobilizado muito devido ao registo do valor da construção das piscinas municipais de Vila Praia de Âncora”;
- Ora, para que o Município pudesse lançar esta dívida, há um conjunto de procedimentos e regras, que não foram nem cumpridos nem explicados;
- Desde logo não foram cumpridas as orientações emanadas pelo Tribunal de Contas, que enquadra estas operações como Locação Operacional, tendo sido contabilizado desta forma desde a sua entrada em funcionamento e conforme determinam as orientações citadas – maio/2010;
- Não foram esclarecidas questões fundamentais como:
  - a) Em que data foi elaborada a informação e proferido consequente despacho que autoriza a alteração da contabilização das piscinas municipais de Leasing Operacional para Leasing Financeiro;
  - b) Quando, onde e como foram anulados todos os lançamentos contabilísticos relativos à renda mensal de cerca de 50 mil euros + IVA, desde maio/2010 até à presente data;
  - c) Se tal procedimento não foi adotado, estaremos perante duplicação de despesa, como amortização e como renda, o que influencia e agrava o prejuízo nas contas do Município;





*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

d) Quando, onde e como foram estas decisões comunicadas à Caminhaequi, que tem este imobilizado no seu Património e é a responsável pelas obras de conservação ordinárias e extraordinárias e pelo lançamento das respetivas amortizações anuais;

e) Quando, onde e como foi efetuada a respetiva e obrigatória reconciliação de saldos com a Caminhaequi;

Para além destas incongruências, e como não estamos a falar de duas piscinas nem de dois Patrimónios, um lançado na Caminhaequi e outro no Município, verifica-se lamentavelmente que V. Ex.<sup>as</sup> assumiram e procederam a um lançamento contabilístico cujo:

- Investimento não está inscrito no Plano Plurianual de Investimento;
- Não estando inscrito, para que pudesse ser executado, teria de ser feita uma alteração ao Plano Plurianual de Investimento, através de uma Revisão Orçamental, deliberada em Reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, no ano 2013, o que não foi feito;
- Nem poderia ter sido, pois, para se contabilizar uma despesa, teria de ter a correspondente receita (fundos comunitários, empréstimos bancários, transferências ao Estado, etc, que não existe no Município, porque existe na Caminhaequi).

Em resumo, V. Ex.<sup>as</sup> procederam a uma alteração na contabilidade patrimonial sem fazer a correspondente alteração na Contabilidade Orçamental, constituindo esta atuação uma irregularidade grave.

Por todas estas razões, que unicamente serviram o objetivo político **de forçar um Resultado Líquido do Exercício negativo** e denegrir a gestão do anterior executivo à custa de uma série de ilegalidades, os deputados do PSD apreciam desfavoravelmente o documento apresentado por V. Ex.<sup>as</sup>, reservando-se no direito de comunicar às instâncias próprias a análise e consequências dos factos descritos.”



## Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Sónia Lajoso** perguntou ao Senhor Deputado Rui Taxa se pretendia que se lesse a minuta.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** informou que a minuta tinha de ser lida, mas podia não ser; esclareceu que, para não ser lida, a Mesa devia perguntar à Assembleia se despendia a leitura da minuta.

O **Senhor Presidente** disse que tinha entendido que devia ler unicamente porque a Senhora Deputada Lilita Gonçalves se tinha ausentado da sala.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **d) Isenção Extraordinária da Taxa Devida pela Ocupação de Espaços de Venda na Feira Semanal de Caminha Referente a fevereiro 2014**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de fevereiro de dois mil e catorze, relativa à “**Isenção Extraordinária da Taxa Devida pela Ocupação de Espaços de Venda na Feira Semanal de Caminha Referente a fevereiro 2014**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as taxas do Município e fixar o respetivo valor, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a autorização para isenção extraordinária da taxa devida pela ocupação de espaços de venda na Feira Semanal de Caminha referente a fevereiro 2014.





Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### e) Regulamento Provedor do Município de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de abril de dois mil e catorze, relativa ao "**Regulamento Provedor do Município de Caminha**", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar os Regulamentos com eficácia externa do Município, propõe-se que este órgão deliberativo aprove a proposta do Regulamento Provedor do Município de Caminha.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** perguntou ao Senhor Presidente da Assembleia onde se encontrava publicado o decreto-lei da publicação do projeto deste regulamento.

O **Senhor Presidente** disse que não sabia.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse que isto significava que este projeto não tinha sido publicado no Diário da República e que estava a ser apresentado à



## Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia indo contra o Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente o artigo 118.º, ponto número 1, que obrigava a que este projeto de lei fosse publicado no Diário da República, que estivesse um determinado período em exposição para se recolher informações e eventuais correções, para, posteriormente, ser apresentado à Assembleia Municipal, para ser discutido e votado. Perguntou ao Senhor Presidente por que razão, após ter recebido este projeto do executivo, não tinha constituído um grupo de trabalho para o discutir. Disse que gostaria de ter discutido este projeto em grupo de trabalho, porque considerava que tinha algumas fragilidades que mereciam ser discutidas, afinadas e corrigidas e só depois trazido a discussão à Assembleia. Disse que, uma vez que estavam a violar a lei, pois o Código do Procedimento Administrativo não tinha sido cumprido e o Senhor Presidente não tinha constituído um grupo de trabalho, a bancada do PSD ia votar contra o projeto.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** lamentou terem de voltar a tratar esta matéria com os mesmos argumentos. Disse que, da primeira vez, o executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, tinha decidido retirar da discussão e votação uma proposta de regulamento manifestamente mal redigida, pensada e elaborada, com alguns falhos democráticos, sendo que tinham ficado com a ideia de que, para que isso não voltasse a acontecer, ia haver da parte do executivo camarário vontade de envolver a Assembleia Municipal na redação de uma nova proposta de regulamento. Disse que teriam estado disponíveis para apoiar a redação do regulamento, lembrando o Senhor Presidente da Câmara que eram eleitos municipais e por isso tinham de zelar por este órgão, sendo que podiam ter precavido que não haveria uma sobreposição da figura do Provedor do Município com as funções e competências, consagradas na lei, da Assembleia Municipal e dos legítimos eleitos, eleitos por sufrágio universal e não por indicação ou nomeação. Disse que estas matérias eram sensíveis, referindo que, por exemplo, segundo o artigo 2.º, estava no âmbito de atuação do Provedor apoiar o cidadão no





*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

tratamento e resolução das suas reclamações, pois os elementos da Assembleia também tinham essa função, cuja atuação também se prendia com a representação dos munícipes. Disse que recentemente tinham saudado o Senhor Presidente da Câmara pela atitude democrática que tinha tido de ceder um espaço para receberem os munícipes, para conversar e recolher deles as informações e necessidades de tratamento na Assembleia, e depois tinham um Provedor que aparentemente poderia ter as mesmas funções. Disse que podiam ter ajudado a resolver esta situação, que não era única, pois reconheciam, como o Senhor Presidente da Câmara tinha reconhecido quando tinha retirado este projeto da discussão, que havia falhas. Disse que, na altura, o poder da indicação do nome e de retirada de funções tinha estado centrado no Senhor Presidente da Câmara, o que não era democraticamente aceitável. Referiu que tinha resolvido bem esta questão e que estariam do seu lado na resolução da mesma, apoiando-o e provavelmente redigindo exatamente da mesma forma, no entanto, não o teriam feito em relação ao artigo 8.º, onde se estabelece que estava no âmbito das competências do Provedor do Município pronunciar-se junto da Câmara e Assembleia Municipais, algo que estava no âmbito das competências dos deputados, eleitos para isso, e da própria Assembleia, por exemplo através dos pedidos de informação, quer escritos, quer verbais. Disse que podia elencar outras sugestões, como por exemplo, não considerava muito correto que, segundo o artigo 15.º, já que havia uma tentativa de estabelecer um trabalho colaborativo com a Assembleia Municipal, as recomendações do Provedor fossem enviadas ao Senhor Presidente da Câmara e não estivesse consagrado que isto fosse feito com o conhecimento da Assembleia Municipal. Reiterou que estes problemas podiam ter sido resolvidos se o espírito que tinha pautado a primeira sessão da Assembleia Municipal deste ano civil tivesse sido cumprido, acrescentando que se sentia democrática e politicamente defraudado, por isso não podiam aprovar esta proposta, independentemente das considerações legais feitas.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Lages** informou que antes de iniciar a sua intervenção propriamente dita, ia ler o seguinte documento oficial da Câmara Municipal:

“Luís Miguel da Silva Mendonça Alves, Presidente da Câmara Municipal de Caminha, torna público, para cumprimento no artigo 118º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 442/91 de 15 de novembro, que se submete à apreciação pública, para recolha de sugestões, o Regulamento do Provedor do Município de Caminha, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 5 de fevereiro de 2014. O referido Regulamento encontra-se à disposição do público para consulta no *front office* da Câmara Municipal de Caminha durante o horário normal de funcionamento dos serviços, devendo os interessados dirigir, por escrito, as suas sugestões à Câmara Municipal no prazo de 30 dias a contar da publicação deste edital no Diário da República. Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais do costume.”

Em seguida referiu que, para além disso, o convite tinha sido feito recentemente. Disse que o Senhor Presidente de Câmara tinha dado uma entrevista a um jornal local em que lhe tinha sido feita a mesma questão sobre o Provedor do Município e tinha respondido que tinham sido criticados por não ter havido um debate público, por isso tinham suspenso o processo e aberto o debate e ninguém tinha participado. Reiterou que o diálogo tinha sido aberto e que nenhum cidadão tinha participado porque não queria.

Disse que era importante debater a questão de fundo e não “maroscas políticas” para desviar a atenção dos problemas centrais dos municípios de Caminha. Disse que estavam a debater uma das propostas que mais podia influir na vida dos municípios; disse que a criação da figura do Provedor do Município tinha sido uma promessa eleitoral do PS e era com grande satisfação que viam essa promessa em vias de ser cumprida.

Esclareceu que o Provedor do Município seria um novo interlocutor, uma figura sem ligações diretas ao poder político e capaz de fazer uma intermediação





*[Handwritten signature in blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

direta com o Senhor Presidente da Câmara. Disse que, através do provedor, as pessoas teriam a oportunidade de expor as suas queixas e de resolver problemas relacionados com a atividade municipal que eventualmente surgissem. Disse que esta figura seria o garante dos direitos de todos os munícipes, um meio informal para a resolução dos problemas do dia-a-dia dos cidadãos, mais uma voz que pugnaria pelo bom funcionamento da administração local, o rosto do munícipe junto do executivo.

Disse que, deste modo, o Provedor do Município teria a possibilidade de apoiar os cidadãos no tratamento e resolução de reclamações e contribuir para uma melhoria procedimental e estrutural dos diversos serviços do município de Caminha. Disse que a forma transparente e aberta como o Provedor era designado merecia a sua maior concordância, já que este era eleito pela Assembleia Municipal mediante proposta subscrita por pelo menos um grupo parlamentar ou um terço dos seus membros eleitos. Disse que não podiam dizer que esta era uma figura desnecessária, ilegal ou inconstitucional, pois, muito pelo contrário, seria uma mais-valia para os munícipes. Disse que queriam que a Câmara fosse um aliado dos munícipes, que fosse ágil na resolução dos problemas e cada vez melhor no cumprimento das suas obrigações. Disse que estes eram os motivos porque queriam uma pessoa mais próxima dos cidadãos, que fizesse a ligação entre eles e o poder autárquico. Disse que não podiam argumentar que tais funções já eram exercidas pela Assembleia, pois, por lei, a Assembleia reunia ordinariamente cinco vezes por ano e considerava que os munícipes não tinham só necessidades e preocupações cinco vezes ao ano e, por isso, tornava-se urgente ajudar o munícipe de forma célere e eficaz, sendo que a figura que se pretendia criar era esse mecanismo de agilização. Disse que, para desempenhar estas funções, o Provedor do Município devia ter capacidades e características próprias, nomeadamente, devia ser isento, imparcial, com espírito e missão de servir, pessoa conhecedora dos problemas do município e das suas gentes, pessoa de elevado prestígio, com reputação inabalável. Por



## Assembleia Municipal de Caminha

fim disse que, por estes motivos, a bancada do PS ia votar favoravelmente à proposta.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** disse que ia fazer algumas pequenas retificações, pois o teor da intervenção do PS parecia sugerir que existia uma “cabala” contra a criação da figura do Provedor do Município. Disse que se a criação do Provedor do Município fosse tão urgente para os munícipes, estes teriam participado. Disse que parecia que o PS não tinha percebido o espírito da primeira sessão da Assembleia deste ano civil, em que tinha sido feito um compromisso com os eleitos municipais, por exemplo, em termos partidários, participar na elaboração do novo projeto de regulamento. Disse que a Câmara Municipal não precisava de ter envolvido a Assembleia Municipal, o que significava que, se tinha decidido fazê-lo, era porque queria o contributo dos eleitos da Assembleia Municipal.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que ia fornecer um esclarecimento e dar duas notas. Quanto ao esclarecimento da questão mais legalista, mais levantada pela bancada do PSD do que pela da CDU, disse que as propostas que iam a Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal eram precedidas de informação técnica, nesta questão específica por juristas da Câmara. Em relação a esta matéria, o Dr. Domingues Lopes tinha transmitido um parecer para que esta proposta avançasse, tendo por base o artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo, segundo o qual: “quando a natureza da matéria o permita, o órgão competente deve, em regra, nos termos da legislação referida no artigo anterior, submeter a apreciação pública, para recolha de sugestões, o projecto de regulamento, o qual será, para o efeito, publicado na 2ª série do Diário da República ou no jornal oficial da entidade em causa.” Disse que, neste caso concreto, tinha havido publicação por edital e no *website* do município, o jornal oficial da entidade, o que garantia a divulgação necessária na área da aplicação do regulamento. Disse que, perante esta informação





## Assembleia Municipal de Caminha

técnica, apenas se tinha cingido a levar por diante o procedimento, apresentando-o a reunião de Câmara e à Assembleia. Disse que esta era uma matéria que estava em cima da mesa desde o primeiro dia da tomada de posse e que o tinha levado, na última sessão, a reconhecer que não tinha correspondido ao espírito que queria que estivesse inscrito numa proposta que tinha a sua subscrição, por isso tinha entendido que devia fazer algo que não estava obrigado a fazer. Disse que a maior parte dos regulamentos para Provedor do Município estavam muito ligados ao Presidente da Câmara, sendo este responsável pela respetiva escolha e destituição, no entanto, tinha querido dar uma maior abrangência, dentro do que tinham estado a falar e da necessidade da Assembleia Municipal se pronunciar sobre esta matéria. Disse que a pronúncia era feita através de todos os mecanismos ao alcance dos Senhores Deputados, sendo que, no caso do executivo, a pronúncia tinha sido feita em Reunião de Câmara. Disse que tinham dado as suas opiniões anteriormente que tinha levado a algumas alterações; que tinha havido um período de debate público, onde também podiam ter participado, portanto escusava de dizer mais sobre esta matéria. Disse que não colocava a CDU e o PSD no mesmo patamar de exigência quanto a isto, apesar de o problema não ser a questão legal ou a abrangência da Assembleia, mas sim porque não gostavam da proposta. Disse que a CDU não gostava da proposta, porque não gostava muito de questões inorgânicas e informais, preferindo um maior dirigismo e sabendo exatamente o que acontecia, sendo que qualquer tipo de cidadania mais informal mais espaçada confundia o PC e, neste caso, a CDU. Disse que a existência de outra entidade independente a tomar postura na defesa dos cidadãos não conflituava com o trabalho dos Senhores Deputados. Disse que as dúvidas do PSD pertenciam a outra ordem, acrescentando que o PSD, nomeadamente o PSD de Caminha, porque havia muitas autarquias do PSD com esta figura do Provedor do Município e de forma mais ligada ao Presidente de Câmara, nunca tinha gostado muito destes processos de participação, onde as pessoas davam opinião, se queixavam da Câmara, onde



## Assembleia Municipal de Caminha

intervinham política e civicamente, por isso tentava criar algum ruído nestas questões laterais, cavalgando um pouco as intervenções da CDU, para dizer que não gostavam desta figura independente, isenta, que promovia o debate o diálogo e a liberdade. Disse, por fim, que tinham de se habituar, porque agora debatia-se, falava-se, havia poderes informais e cidadania no concelho.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 10 votos contra e 2 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** leu a seguinte declaração de voto:

“O Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha vota contra o Regulamento do Provedor do Município por:

1. Não ter sido cumprido o n.º 1 ao artigo 118 do Código do Procedimento Administrativo, tal como a lei obriga;
2. Não ter sido constituído um grupo de trabalho no âmbito desta Assembleia Municipal, para discussão e análise do mesmo;
3. Terem sido desta forma ultrapassadas as competências deste órgão.”

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** disse que, da mesma forma que o executivo se tinha absterido de envolver a Assembleia Municipal, tinham decidido abster-se da aprovação desta proposta.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** fez interpelação à Mesa e recordou que, segundo o Regimento, as interpelações à Mesa eram sempre admitidas. Em seguida propôs a interrupção dos trabalhos por dois ou três minutos para que os líderes de cada bancada pudessem reunir-se.





Handwritten signature in blue ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente**, após o período de interrupção, perguntou se o interpelante à Mesa tinha alguma declaração a fazer.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** disse que a explicação ia ser apresentada nas intervenções do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos e comunicou ao público que tinha havido uma tentativa de uma conciliação numa tomada de decisão que não se tinha praticado.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### f) Eleição do Provedor do Município de Caminha

O **Senhor Presidente** colocou à discussão do órgão a figura do Provedor do Município de Caminha.

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, leu:

“No seguimento da Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Caminha, agendada para hoje, dia 29 de abril, e uma vez que consta na alínea f) do Período da Ordem do Dia, «Eleição do Provedor do Município de Caminha».

Vem a Bancada do Partido Socialista indicar o nome do cidadão João Afonso Domingues para o cargo de Provedor do Município:

João Afonso Domingues, natural de Valença, é casado e tem três filhos.

Desde muito cedo apaixonou-se pela vila de Caminha e pelas suas gentes, fixando-se no nosso concelho em 1982 até à presente data.

Médico de profissão, foi clínico no Centro de Saúde de Caminha desde 1982 até ao ano de 2012. Desempenhou diversos cargos em direções de instituições



*Handwritten signature in blue ink.*

## Assembleia Municipal de Caminha

no concelho, como é o caso dos Bombeiros Voluntários de Caminha, sendo membro do Rotary Club desde a sua fundação em Caminha.

Atualmente é responsável pela assistência médica no Centro de Bem Estar Social de Seixas, realizando também consultas de medicina geral e familiar na Clipóvoa de Vila Nova de Cerveira, mantendo a sua atividade de profissional liberal na vila de Caminha.

Apartidário, isento e com espírito de missão, João Afonso Domingues, reúne as características fundamentais para o exercício do cargo de Provedor do Município.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa** referiu que era amigo do Dr. Afonso Domingues e da família e que tinham trabalhado no Centro de Saúde de Caminha muitos anos e, por conseguinte, tudo o que dissesse sobre o Provedor do Município não se aplicava ao Dr. Afonso Domingues, mas sim à figura do Provedor do Município. Pediu que não usassem isto futuramente como “arma de arremesso”. Posteriormente disse que a criação da figura do Provedor do Município para o concelho de Caminha era um tanto ou quanto inútil, porque se algum município quisesse apresentar alguma questão, sugestão ou reclamação à Câmara Municipal, tinha diversos meios para o fazer, nomeadamente questionando o Senhor Presidente da Câmara ou um dos Senhores Vereadores, escrevendo ou telefonando à Câmara Municipal, através do Gabinete do Município, do *website* da Câmara, no Período do Público, nas sessões da Assembleia Municipal e Reuniões de Câmara ordinárias e descentralizadas, entre outros. Disse que, para além disso, também tinham a possibilidade de fazer uso do Provedor de Justiça, pois, segundo o artigo 3.º da respetiva legislação: “os cidadãos, pessoas singulares ou coletivas, podem apresentar queixas por ações ou omissões dos poderes públicos ao Provedor de Justiça, que as aprecia sem poder decisório, dirigindo aos órgãos competentes as recomendações necessárias para prevenir e reparar injustiças.” Disse que, verdadeiramente, o Provedor do Município eram os deputados da Assembleia





## Assembleia Municipal de Caminha

Municipal, a quem a população devia dirigir as suas queixas e reclamações, para os deputados as dirigirem e apresentarem em Assembleia Municipal. Disse o Provedor do Município devia ser o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no entanto, segundo o artigo 5.º do regimento aprovado anteriormente, no ponto 3, “o Provedor do Município não pode exercer cumulativamente com o cargo, quaisquer funções em órgãos ou serviços municipais do Concelho de Caminha.” Disse que, uma vez que não podiam apresentar o nome do Senhor Presidente para a função de Provedor do Município, iam votar contra a proposta.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** disse que nada movia a CDU contra a criação da figura do Provedor do Município, apesar de não a considerarem uma prioridade no concelho. Disse que não podiam passar indiferentes à escolha primeiro de um nome e depois à criação do cargo. Disse que percebiam a aposta eleitoral e que tivesse surgido um nome para a rua. Reiterou que tinha surgido um nome sem cargo e que, na penúltima assembleia, quando tinham sido retirados estes pontos, tinham deixado o alerta de estarem as duas coisas associadas. Disse que também não ficava bem à Assembleia ver o que se estava a passar e ser completamente indiferente. Disse que tinham feito tudo para que o nome da pessoa não fosse discutido na Assembleia e para que a eleição da mesma fosse unânime, porque entendiam que esse sinal de transparência e de participação cívica sairia maior se reunisse o consenso na Assembleia Municipal, se tivesse a participação de todos, sendo que nem sequer teriam feito intervenções que não fossem de louvor pela pessoa que tinha sido indicada. Reiterou que só tinham aprovado o Regulamento que informava como era feita a eleição há minutos e que iam aprovar o Provedor do Município mediante proposta subscrita, não se sabendo se ia ser aprovado ou não o regulamento. Disse que podiam ter a situação de terem um terço de membros eleitos de vários grupos parlamentares, mas não se estava a dar espaço para que isso acontecesse. Disse que era a pressa de casar o nome



## Assembleia Municipal de Caminha

escolhido com o cargo criado que estava a fazer com que se criasse uma situação constrangedora, porque não se devia estar a fazê-la. Por fim disse que da mesma forma que nada os movia contra a criação do Provedor do Município, nada os movia contra a pessoa em causa, tendo ingressado as suas desculpas por terem de utilizar esta premissa e competência para se referirem assim, mesmo que indiretamente, à sua pessoa.

O **Senhor Deputado Rui Lages** disse que havia alguma confusão, porque não tinham escolhido o Provedor primeiro e depois aprovado o Regulamento. Relembrou que tinham aprovado o Regulamento e ainda iam eleger o Provedor, conforme constava na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal. Referiu que a Ordem de Trabalhos tinha sido fixada no dia 17 de abril de 2014 e que tinha havido tempo para, com algum diálogo, conseguirem encontrar outros consensos. Referiu que o PS não podia estar mais satisfeito e orgulhoso com o nome que tinha escolhido. Disse que o Dr. Afonso Domingues merecia todo o respeito, admiração e estima, cumprindo as características necessárias para assumir tal cargo, que era um homem de grande saber, ponderado, querido pelas gentes do concelho, dedicado à causa pública, conhecedor dos reais problemas que preocupavam os munícipes, um homem de bom ouvir e grande sensatez, mas, acima de tudo, um homem isento e responsável. Disse que não tinham a menor dúvida que o Dr. Afonso Domingues desempenharia esta função de alma e coração, caso fosse esse o entendimento da Assembleia, que as preocupações dos munícipes seriam as suas próprias preocupações, que iria sempre pugnar para o que órgão executivo avaliasse e satisfizesse os anseios dos munícipes. Disse que, neste sentido, apelava à bancada do PS para votar favoravelmente o nome do Dr. Afonso Domingues para o cargo de Provedor do Município.





## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente** informou que iam proceder à votação por escrutínio secreto da figura do Provedor do Município.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 11 votos contra, 1 abstenção e 1 voto nulo.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** felicitou o Senhor Presidente pela forma como tinha conduzido os trabalhos nesta Assembleia Municipal.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, informou que encontrariam um local mais confortável para as futuras sessões e declarou encerrada a Sessão, quando eram 02H30M, do dia 30 de abril de 2014, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

O Presidente

(Luís Augusto Pestana Mourão)